



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2048687 - BA (2023/0018401-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**

RECORRENTE : **ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA**

ADVOGADO : **BRUNO RENAN SILVA MENDES DE ALMEIDA - BA030239**

RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

INTERES. : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"**

ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

INTERES. : **ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS CURIAE"**

ADVOGADOS : **JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016**
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144

INTERES. : **INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS CURIAE"**

ADVOGADOS : **ADHEMAR DE BARROS - SP409597**
ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066

INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - "AMICUS CURIAE"**

INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS CURIAE"**

INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS CURIAE"**

INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS CURIAE"**

INTERES. : **GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"**

ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676

EMENTA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EXCLUSIVA EM ELEMENTOS INFORMATIVOS DO INQUÉRITO POLICIAL E TESTEMUNHOS INDIRETOS. INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DESPRONÚNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto nos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e 256 e seguintes do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Delimitação da controvérsia: definir a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial; b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia.

3. Teses: 1) A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas); 2) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probatório exigido para a decisão de pronúncia; 3) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior

relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa.

4. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou a jurisprudência no sentido de que a decisão de pronúncia, para ser válida, não pode se apoiar exclusivamente em elementos de informação colhidos durante a fase investigatória ou em depoimentos indiretos (“ouvir dizer”).

5. Esse entendimento reflete a necessidade de proteger os direitos fundamentais do acusado, em especial a presunção de inocência e o contraditório, que são elementos essenciais em um Estado Democrático de Direito. A aplicação rigorosa do princípio do contraditório na fase de pronúncia busca evitar que o réu seja submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri sem a devida substância probatória, garantindo que apenas aquelas acusações baseadas em provas concretas e devidamente verificadas possam dar prosseguimento ao processo penal.

6. Caso concreto: O acusado foi pronunciado pelo crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP) e pela conduta de atear fogo nos corpos das vítimas, fundamentada a decisão em depoimentos e elementos extraídos das fases investigatória e judicial. Contudo, nenhum dos depoimentos submetidos ao crivo do contraditório traz elementos concretos que possam apontar o réu como autor do crime, em razão das fragilidades, contradições e da natureza indireta das informações prestadas pelas testemunhas ouvidas em juízo. Dessa forma, tem razão a defesa ao alegar violação dos arts. 155 e 414 do CPP, pela ausência de prova robusta e judicializada que justifique a submissão do réu ao Tribunal do Júri.

7. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, retomado o julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz, acompanhando o eminente Relator, no caso concreto, para dar provimento ao recurso especial e despronunciar o acusado, e divergindo parcialmente no que diz respeito às teses fixadas, e o voto da Sra. Ministra Maria Marluce Caldas, acompanhando o Ministro Relator, no caso concreto, dando provimento ao recurso especial, a fim de impronunciar o réu, e propondo teses, por maioria, quanto ao caso concreto, dar provimento ao recurso especial a fim de impronunciar o réu, vencido o Sr. Ministro Og Fernandes, que não conhecia do recurso especial. Quanto às teses, os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca (Relator) e Rogerio Schietti Cruz aderiram as teses propostas pela Sra. Ministra Maria Marluce Caldas. Por fim, por unanimidade, fixou as seguintes teses quanto ao Tema Repetitivo n. 1.260: "1. A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas). 2. O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probatório exigido para a decisão de pronúncia. 3. Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa", nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto, Maria Marluce Caldas, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas (Desembargadora Convocada do TJDFT), Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.
Votou vencido o Sr. Ministro Og Fernandes quanto ao caso concreto.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Brasília, 12 de agosto de 2026.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 05678532420188050001 5678532420188050001

PAUTA: 12/03/2025

JULGADO: 12/03/2025

RelatorExmo. Sr. Ministro **REYNALDO SOARES DA FONSECA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA
ADVOGADA : LIZ GLORISMAN RAMOS SANTOS - BA065422
ADVOGADOS : EVELYN NADINE SILVA SANTOS - BA066410
FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS LEITE - BA073378
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066
ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ADVOGADA : FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
ADVOGADA : DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
ADVOGADA : ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS -
"AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

C542212555619856198@

2023/0018401-8 - REsp 2048687

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra a vida - Homicídio Qualificado

SUSTENTAÇÃO ORAL

A Dra. Liz Glorisman Ramos Santos sustentou oralmente pela parte Recorrente: Antonio Caique Santos Correia.

O Dr. Rafael Raphaelli (Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul) sustentou oralmente pela parte Interessada: Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS).

A Dra. Ana Paula Coité de Oliveira (Promotora de Justiça do Estado da Bahia) sustentou oralmente pela parte Recorrida: Ministério Público do Estado da Bahia.

O Dr. André Estevão Ubaldino Pereira (Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais) sustentou oralmente pela parte Interessada: Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator, dando provimento ao recurso especial, a fim de impronunciar o réu, e fixando a seguinte tese quanto ao Tema Repetitivo n. 1260: "1) A sentença de pronúncia não pode ser fundamentada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial que não tenham sido confirmados em juízo; 2) O testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui meio de prova idôneo para fundamentar a pronúncia", pediu vista antecipada o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Aguardam os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto, Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP), Carlos Cini Marchionatti (Desembargador Convocado TJRS), Og Fernandes e Sebastião Reis Júnior.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

C54221215556191856198@ 2023/0018401-8 - REsp 2048687

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 05678532420188050001 5678532420188050001

PAUTA: 12/03/2025

JULGADO: 11/03/2026

RelatorExmo. Sr. Ministro **REYNALDO SOARES DA FONSECA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO XAVIER PINHEIRO FILHO

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA
ADVOGADA : LIZ GLORISMAN RAMOS SANTOS - BA065422
ADVOGADOS : EVELYN NADINE SILVA SANTOS - BA066410
FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS LEITE - BA073378
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066
ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ADVOGADA : FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
ADVOGADA : DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
ADVOGADA : ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS -
"AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

C542212555619856198@

2023/0018401-8 - REsp 2048687

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra a vida - Homicídio Qualificado

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A TERCEIRA SEÇÃO, por unanimidade, deliberou pela renovação das sustentações orais no Tema Repetitivo n. 1.260, com a inclusão do recurso especial na pauta de julgamento do dia 08/04/2026, para intimação das partes.

Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto, Maria Marluce Caldas, Carlos Pires Brandão e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Og Fernandes e Rogerio Schietti Cruz.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 05678532420188050001 5678532420188050001

PAUTA: 08/04/2026

JULGADO: 13/05/2026

RelatorExmo. Sr. Ministro **REYNALDO SOARES DA FONSECA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA
ADVOGADA : LIZ GLORISMAN RAMOS SANTOS - BA065422
ADVOGADOS : EVELYN NADINE SILVA SANTOS - BA066410
FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS LEITE - BA073378
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066
ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ADVOGADA : FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
ADVOGADA : DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
ADVOGADA : ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS -
"AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS
CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

C542212555619856198@

2023/0018401-8

DEFENSORIA PÚBLICA

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra a vida - Homicídio Qualificado

SUSTENTAÇÃO ORAL

A Dra. Liz Glorisman Ramos Santos sustentou oralmente pela parte RECORRENTE: Antonio Caique Santos Correia.

O Dr. Marcos Paulo Dutra Santos (Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro) sustentou oralmente pela parte INTERESSADA: Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores.

O Dr. Márcio Guedes Berti sustentou oralmente pela parte INTERESSADA: Associação Nacional da Advocacia Criminal.

A Dra. Ana Paula Coité de Oliveira (Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia) sustentou oralmente pela parte RECORRIDA: Ministério Público do Estado da Bahia.

O Dr. André Estevão Ubaldino Pereira (Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais) sustentou oralmente pela parte INTERESSADA: Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge (Subprocuradora-Geral da República) sustentou oralmente como "custos iuris".

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após a renovação das sustentações orais e o voto do Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca (Relator), dando provimento ao recurso especial e propondo as seguintes teses quanto ao Tema Repetitivo n. 1260: "1) A sentença de pronúncia não pode ser fundamentada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial que não tenham sido confirmados em juízo; 2) O testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para fundamentar a pronúncia", no que foi acompanhado, quanto ao caso concreto, pelos Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto, Maria Marluce Caldas, Carlos Pires Brandão e Sebastião Júnior, e o voto divergente do Sr. Ministro Og Fernandes, não conhecendo do recurso especial, a TERCEIRA SEÇÃO deliberou pela suspensão do julgamento para apresentação do voto do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz, quanto ao caso concreto e à definição das teses, e do voto da Sra. Ministra Maria Marluce Caldas, quanto à definição das teses.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2023/0018401-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.048.687 / BA
MATÉRIA CRIMINAL

C542212155561918561198@ 2023/0018401-8 - REsp 2048687



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2048687 - BA (2023/0018401-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA

RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA

ADVOGADO : BRUNO RENAN SILVA MENDES DE ALMEIDA - BA030239

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144

INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - "AMICUS CURIAE"

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS CURIAE"

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS CURIAE"

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS CURIAE"

INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676

EMENTA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EXCLUSIVA EM ELEMENTOS INFORMATIVOS DO INQUÉRITO POLICIAL E TESTEMUNHOS INDIRETOS. INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DESPRONÚNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto nos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e 256 e seguintes do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Delimitação da controvérsia: definir a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial; b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia.

3. Teses: 1) A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas); 2) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probatório exigido para a decisão de pronúncia; 3) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior

relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa.

4. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou a jurisprudência no sentido de que a decisão de pronúncia, para ser válida, não pode se apoiar exclusivamente em elementos de informação colhidos durante a fase investigatória ou em depoimentos indiretos (“ouvir dizer”).

5. Esse entendimento reflete a necessidade de proteger os direitos fundamentais do acusado, em especial a presunção de inocência e o contraditório, que são elementos essenciais em um Estado Democrático de Direito. A aplicação rigorosa do princípio do contraditório na fase de pronúncia busca evitar que o réu seja submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri sem a devida substância probatória, garantindo que apenas aquelas acusações baseadas em provas concretas e devidamente verificadas possam dar prosseguimento ao processo penal.

6. Caso concreto: O acusado foi pronunciado pelo crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP) e pela conduta de atear fogo nos corpos das vítimas, fundamentada a decisão em depoimentos e elementos extraídos das fases investigatória e judicial. Contudo, nenhum dos depoimentos submetidos ao crivo do contraditório traz elementos concretos que possam apontar o réu como autor do crime, em razão das fragilidades, contradições e da natureza indireta das informações prestadas pelas testemunhas ouvidas em juízo. Dessa forma, tem razão a defesa ao alegar violação dos arts. 155 e 414 do CPP, pela ausência de prova robusta e judicializada que justifique a submissão do réu ao Tribunal do Júri.

7. Recurso especial provido.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso especial interposto com supedâneo no permissivo constitucional da alínea "a", em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o qual restou assim ementado:

PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA PARA IMPRONUNCIAR O ACUSADO. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTE DA TESTEMUNHAL. PEDIDO AUTORIA DE DELITIVA. EXCLUSÃO PROVA DAS QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. HAVENDO PROVAS SEGURAS QUANTO À MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS DE AUTORIA QUE LEVAM A CONVICÇÃO DE QUE O RECORRENTE É SUPOSTAMENTE O AUTOR DO CRIME, A PRONÚNCIA É MEDIDA QUE SE IMPÕE. PRONÚNCIA QUE ENCERRA MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL ACUSATÓRIA. NESTA FASE, EVENTUAIS DÚVIDAS DEVEM SER DIRIMIDAS COM AINCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. A FIM DE QUE SE SUBMETA O CASO À APRECIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, ÓRGÃO CONSTITUCIONALMENTE INCUMBIDO DE JULGAR OS DELITOS DOLOSOS CONTRA A VIDA. QUALIFICADORAS, QUE NESTA FASE DE PRONÚNCIA SÓ PODERÃO SER EXCLUÍDAS, QUANDO INEQUIVOCADAMENTE DISSOCIADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. O QUE NÃO OCORRE NO CASO DOS AUTOS.

- Trata-se de Recurso em Sentido Estrito, interposto por Antonio Caique Santos Correia contra decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Salvador-Ba, que o pronunciou nos termos do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.
 - Consta da denúncia que, em apertada síntese, que no dia 06/02/2017, no Parque Metropolitano de Pituaçu, 04/02/2018, por volta das 18:30, em comunhão de desígnio com mais dois outros elementos (já falecidos), deflagraram disparos de arma de fogo em Derivaldo Rocha Santos, Marcio Rogério Bandeira e Geraldo Mota Cunha, matando-se, ateando fogo nos corpos das vítimas com gasolina que trouxeram com eles. Revela a peça póstica que a motivação do crime foi um ato de vingança, pois, as vítimas, que trabalhavam como segurança em um Show da Banda Harmonia do Samba, no dia 23 de janeiro de 2017, teriam matado Fábio Henrique Pita Santos, retirando-o do Parque, durante o Show, fato que os levaram a vingar a morte do amigo, matando seguranças do Parque.
 - Em suas razões de recurso, requer a reforma da decisão para impronunciá-lo, por ausência de indícios da autoria delitiva. Subsidiariamente suscita a decotação das qualificadoras, bem como lhe seja concedido o direito de recorrer em liberdade.
 - Decisão de pronúncia é juízo fundado de suspeita, de admissibilidade da acusação, não competindo ao juiz singular a análise aprofundada das provas, contentando-se com razoável apoio nos elementos probatórios, sem avaliações subjetivas, motivando o seu convencimento de forma comedida, de modo a não influenciar o ânimo dos jurados.
 - As qualificadoras, nessa fase processual, só podem ser excluídas quando manifestamente improcedentes, sem qualquer apoio no acervo probatório, cabendo ao Júri decidir se, no caso concreto, restaram ou não configuradas.
 - Existindo nos autos provas que corroboram a versão da acusação, no sentido de que o crime foi praticado em razão de vingança, por um crime cometido anteriormente, mantêm-se na pronúncia as qualificadoras, que deverá ser apresentadas ao Juízo Competente.
 - Pedido de recorrer em liberdade, que não merece acolhida. Os motivos ensejadores da preventiva, restaram integralmente ratificadas na decisão que decretou a custódia cautelar (garantia da ordem pública e periculosidade do agente pela gravidade concreta do delito), que passam a integrar a presente, devendo-se acrescentar que além do bárbaro delito contra a vida, o fato ocorreu em local público, com premeditação, pois, após atirarem nas vítimas, supostamente, atearam fogo nos corpos.
 - Pontua-se, a propósito, que em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não configura ilegalidade a remissão, na Sentença, aos motivos do ato que implicara a prisão preventiva, dada a ausência de alteração no quadro fático-processual desde a data da decretação da referida medida (Precedentes: STJ, RHC 99.330/PA, Relator: Ministro Antônio Saldanha Palheiro, 6ª Turma, julgado em: 23/08/2018). Dessa forma, a menção acerca da subsistência dos motivos que autorizaram a decretação da Prisão Preventiva, na Decisão de Pronúncia, constitui fundamento idôneo, inexistindo ofensa ao Princípio da Motivação, previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.
 - Recurso conhecido e não provido para manter a sentença que pronunciou o réu como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, a fim de que seja submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri.
- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

Em sede de recurso especial, aponta o recorrente malferimento aos artigos 155 e 414, do Código de Processo Penal, e a negativa de vigência ao artigo 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Aduz que os elementos informativos colhidos em sede policial não foram confirmados em juízo para a sustentação da versão acusatória, de modo que não remanescem indícios de autoria aptos a lastrear a pronúncia, a qual não pode ter por fundamento depoimentos indiretos, por ouvir dizer.

Aponta, ademais, a necessidade de afastamento das qualificadoras incidentes na espécie.

Contrarrazões ao recurso especial acostadas às e-STJ fls. 1.837/1.846.

Decisão exarada pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, admitindo o recurso especial, bem como reconhecendo o recurso como representativo de controvérsia, a tramitar sob o rito dos recursos repetitivos, nos moldes do art. 256 do RISTJ e art. 1.036 do CPC, às e-STJ fls. 1.850/1.866.

Nesta Corte, a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas identificou no feito matéria com potencial de repetitividade ou com relevante questão de direito, de grande repercussão social, apta a ser submetida ao Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 46-A, IV, do RISTJ, tendo selecionado o presente recurso (REsp n. 2.048.867/BA) como representativo de controvérsia, determinando, ademais, a distribuição do recurso (e-STJ fls. 1.874/1.875 e 1.902/1.904).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 1.880/1.885). Manifestação do Ministério Público do Estado da Bahia no sentido do destacamento do presente recurso como representativo de controvérsia (e-STJ fls. 1.887/1.889). De idêntica forma, manifestação do recorrente, às e-STJ fls. 1.890/1.901.

Em sessão de julgamento virtual, ocorrida de 8/5/2024 a 14/5/2024, a Terceira Seção desta Corte deliberou afetar o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), sem suspender o processamento dos feitos que tratam de idêntica questão, em acórdão assim ementado:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PENAL. PRONÚNCIA. FUNDAMENTO EXCLUSIVO. ELEMENTOS COLHIDOS DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL. TESTEMUNHO INDIRETO. AINDA QUE COLHIDO EM JUÍZO. ISOLADAMENTE. NÃO RECONHECIMENTO. MEIO DE PROVA IDÔNEO. PRONÚNCIA.

1. *Delimitação da controvérsia: definir a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial; b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia.*
2. *Afetação do recurso especial ao rito dos arts. 1.036 e ss. do CPC/2015 E 256 e ss. do RSTJ.*
(ProAfR no REsp n. 2.048.687/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 14/5/2024, DJe de 29/5/2024.)

Foi ouvido novamente o Ministério Público Federal, em atenção ao disposto no art. 256-M do Regimento Interno do STJ, que se manifestou (e-STJ fls. 1.937/1.941) pelo não provimento do recurso especial.

O Ministério Público do Estado de São Paulo (e-STJ fls. 1.943/1.944), o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (e-STJ fls. 1.946/1.948), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (e-STJ fls. 1.950/1.953) e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (e-STJ fls. 2.065/2.071) requereram seu ingresso no feito como *amicus curiae*, com autorização para apresentação de memoriais e sustentação oral.

A Defensoria Pública da União (e-STJ fls. 1.955/1.957), o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (e-STJ fls. 1.959/1.982), a Associação Nacional da Advocacia Criminal (e-STJ fls. 2.019/2.033) e o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (e-STJ fls. 2.138/2.148) pediram, da mesma forma, sua admissão no processo na qualidade de *amicus curiae*, inclusive para apresentação de memoriais e realização de sustentação oral.

Deferi todos os pedidos de ingresso como *amicus curiae* acima enumerados (e-STJ fls. 2.073/2.084, fls. 2.089/2.091 e fls. 2.203/2.204).

É o relatório.

VOTO

Questiona-se, nos autos, a validade de certas provas para fundamentar a pronúncia. Especificamente, se as provas produzidas no inquérito policial e os testemunhos indiretos podem embasar a submissão do réu ao julgamento pelo tribunal popular.

O Código de Processo Penal condicionou o início dos trabalhos do Tribunal do Júri a uma cognição judicial prévia, denominada pronúncia. Embora se trate de um exame judicial limitado, essa etapa busca garantir proteção mínima contra o arbítrio estatal e o uso inadequado do aparato repressivo em desfavor do acusado.

Mais do que um mero trâmite formal, a pronúncia representa um momento crucial para a análise preliminar da acusação, definindo se existem elementos suficientes

para que o acusado seja submetido ao julgamento popular. Sua correta compreensão e aplicação garantem, por um lado, a proteção do indivíduo contra acusações infundadas e, por outro, a seriedade e a credibilidade do próprio instituto do júri.

Deve-se considerar, no Júri Popular, que o veredito é emitido sem a necessidade de fundamentação pelos jurados, o que eleva o risco de condenações sem o respaldo necessário em provas colhidas de forma adequada e legítima no processo judicial.

A pronúncia tem standards probatórios próprios, previstos no art. 413 do CPP:

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

A interpretação do dispositivo legal em análise revela a adoção de dois padrões probatórios distintos, que se aplicam de forma diferenciada à materialidade do fato e à autoria ou participação. Em relação à materialidade, a exigência é de um juízo de certeza, conforme indicado pela expressão “convencido da materialidade”, utilizada pelo legislador. Isso significa que, para essa fase do processo, deve-se alcançar a convicção plena de que o fato efetivamente ocorreu. Já no que se refere à autoria e à participação, o critério probatório é mais flexível, demandando apenas a presença de indícios suficientes que apontem para a probabilidade da relação entre o acusado e o fato, deixando o exame definitivo dessa questão para os jurados no julgamento de mérito.

A decisão de pronúncia deve ser embasada em indícios sólidos e consistentes, respeitando os direitos e garantias fundamentais do acusado, especialmente o princípio da presunção de inocência, que permanece aplicável durante todas as fases do processo penal. É essa a orientação do Supremo Tribunal Federal:

“HABEAS CORPUS” – TRIBUNAL DO JÚRI – DECISÃO DE PRONÚNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE REFERIDO ATO DECISÓRIO TER COMO ÚNICO SUPORTE PROBATÓRIO ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO PRODUZIDOS, UNILATERALMENTE, NO ÂMBITO DE INQUÉRITO POLICIAL OU DE PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL INSTAURADO PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO – TRANSGRESSÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA PLENITUDE DE DEFESA, VIOLANDO-SE, AINDA, A BILATERALIDADE DO JUÍZO – O PROCESSO PENAL COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DA LIBERDADE JURÍDICA DAS PESSOAS SOB PERSECUÇÃO CRIMINAL – MAGISTÉRIO DA DOUTRINA – PRECEDENTES – INADMISSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO DA FÓRMULA “IN DUBIO PRO SOCIETATE”, PARA JUSTIFICAR A DECISÃO DE PRONÚNCIA – ABSOLUTA INCOMPATIBILIDADE DE TAL CRITÉRIO COM A PRESUNÇÃO CONSTITUCIONAL DE INOCÊNCIA – DOUTRINA – JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – PEDIDO DE “HABEAS CORPUS” DEFERIDO – EXTENSÃO, DE OFÍCIO, PARA O LITISCONSORTE

PASSIVO, DO PROCESSO PENAL DE CONHECIMENTO. – O sistema jurídico-constitucional brasileiro não admite nem tolera a possibilidade de prolação de decisão de pronúncia com apoio exclusivo em elementos de informação produzidos, única e unilateralmente, na fase de inquérito policial ou de procedimento de investigação criminal instaurado pelo Ministério Público, sob pena de frontal violação aos postulados fundamentais que asseguram a qualquer acusado o direito ao contraditório e à plenitude de defesa. Doutrina. Precedentes. – Os subsídios ministrados pelos procedimentos inquisitivos estatais não bastam, enquanto isoladamente considerados, para legitimar a decisão de pronúncia e a consequente submissão do acusado ao Plenário do Tribunal do Júri. – O processo penal qualifica-se como instrumento de salvaguarda da liberdade jurídica das pessoas sob persecução criminal. Doutrina. Precedentes. – A regra “in dubio pro societate” – repelida pelo modelo constitucional que consagra o processo penal de perfil democrático – revela-se incompatível com a presunção de inocência, que, ao longo de seu virtuoso itinerário histórico, tem prevalecido no contexto das sociedades civilizadas como valor fundamental e exigência básica de respeito à dignidade da pessoa humana. (HC 180144, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 10-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 21-10-2020 PUBLIC 22-10-2020)

Ainda sobre o tema, prevê o art. 155 do CPP:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

A ausência de provas consistentes produzidas sob o contraditório invalida qualquer decisão desfavorável ao réu, seja para condená-lo ou, nos crimes dolosos contra a vida, para pronunciá-lo e submetê-lo a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Embora a análise detalhada das provas seja reservada ao Tribunal do Júri, é indispensável, em um Estado Democrático de Direito, que a decisão de pronúncia se baseie em provas obtidas sob o contraditório judicial. Isso se justifica porque, no julgamento pelo Tribunal do Júri, os jurados populares não são obrigados a fundamentar suas decisões, o que torna a fase de pronúncia um importante mecanismo de proteção do acusado contra erros judiciais.

Para que o réu seja pronunciado, não é suficiente que a acusação sobre a autoria do crime seja plausível. É necessário que a imputação seja sustentada por elementos probatórios robustos, que apresentem alto grau de probabilidade, e que essas provas tenham sido produzidas de maneira clara e convincente, respeitando o contraditório. Além disso, o conjunto probatório deve ser abrangente e completo, não deixando de fora evidências relevantes para esclarecer os fatos.

Portanto, conjecturas sobre o envolvimento do acusado no crime não são suficientes para justificar a pronúncia. É imprescindível que as provas apresentadas ofereçam suporte sólido e convincente para a hipótese acusatória, garantindo, assim, que a decisão de submeter o réu ao julgamento pelo Tribunal do Júri seja fundamentada em elementos concretos, respeitando os princípios da legalidade, da ampla defesa e do contraditório, essenciais para a preservação da justiça e da imparcialidade no processo penal.

Dessa forma, não se pode admitir que o réu seja pronunciado com fundamento exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, sem qualquer lastro probatório colhido na fase do *judicium accusationis* do Tribunal do Júri. Com efeito, entender de modo diverso implica conferir maior juridicidade a atos investigativos de cunho administrativo e desprovidos das garantias do devido processo legal, em detrimento do processo penal, no qual vigoram princípios democráticos e garantias fundamentais.

Ainda sobre as provas válidas para a pronúncia do réu, é importante destacar que, em que pese a ausência, no ordenamento jurídico pátrio, de impedimento legal ao testemunho indireto (de "ouvir dizer" ou *hearsay rule*), o grau de confiabilidade desse tipo de depoimento, sem a indicação da fonte direta da informação trazida pela testemunha e não corroborado minimamente por outros elementos, não é o mesmo daquele prestado pela testemunha que depõe pelo que sabe *per proprium sensum et non per sensum alterius*, na medida em que os relatos podem se alterar quando passam de boca a boca, impedindo que o acusado refute, com eficácia, as imputações.

Nesse sentido, HELIO TORNAGHI leciona que “não se pode tolerar que alguém vá a juízo repetir a vox publica. Testemunha que depusesse para dizer o que lhe constou, o que ouviu, sem apontar seus informantes, não deveria ser levada em conta” (in Instituições de processo penal. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 461).

O testemunho indireto viola o contraditório e a ampla defesa, por impedir que a parte confronte a fonte original da informação, com questionamentos ao declarante. Além disso, a falta do contato direto com a prova oral impede a observação da linguagem corporal e das reações aos questionamentos, inviabilizando a completa percepção sobre o conteúdo das declarações. Ademais, a transmissão de informações é sujeita a distorções, omissões e interpretações errôneas. A memória humana é falha, e a reprodução de um relato por terceiros aumenta a probabilidade de erros.

Sobre os temas aqui tratados, as turmas da Terceira Seção deste Tribunal Superior têm firmado orientação no mesmo sentido:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRONÚNCIA BASEADA EM TESTEMUNHOS INDIRETOS E ELEMENTOS DE INQUÉRITO. DESPRONÚNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

I. Caso em exame

1. Agravo regimental interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, contra decisão que reconsiderou decisum anterior e concedeu habeas corpus de ofício para despronunciar o acusado, com base em pronúncia fundamentada exclusivamente em elementos colhidos na fase extrajudicial e testemunhos indiretos.

2. O juízo de origem pronunciou o paciente com base em depoimentos prestados na fase policial e testemunhos que não presenciaram os fatos, mas relataram informações de terceiros.

3. O acórdão impetrado confirmou a pronúncia, mas a decisão agravada reconsiderou o decisum anterior, concedendo a ordem de habeas corpus para despronunciar o acusado.

II. Questão em discussão

4. A questão em discussão consiste em saber se a pronúncia pode ser fundamentada exclusivamente em testemunhos indiretos e elementos colhidos durante o inquérito policial, à luz do art. 155 do CPP.

III. Razões de decidir

5. O testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony não é suficiente para fundamentar a pronúncia, conforme entendimento consolidado desta Corte.

6. A pronúncia baseada exclusivamente em elementos colhidos na fase extrajudicial e testemunhos indiretos viola o art. 155 do CPP.

7. A decisão agravada está em conformidade com a jurisprudência da Quinta e Sexta Turmas do STJ, que não admite a pronúncia sem provas diretas e idôneas.

IV. Dispositivo

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no HC n. 916.819/RS, relatora Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, julgado em 4/12/2024, DJe de 9/12/2024.)

DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA PRODUZIDOS EM DELEGACIA. TESTEMUNHOS INDIRETOS EM JUÍZO. AGRAVO DESPROVIDO.

I. Caso em exame

1. Agravo regimental interposto pelo Ministério Público contra decisão que deu provimento a recurso especial da defesa para impronunciar o agravado, porquanto os indícios de autoria estavam fundados exclusivamente em elementos colhidos na fase investigativa.

II. Questão em discussão

2. A questão em discussão consiste em saber se a pronúncia pode ser fundamentada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial e em depoimentos judiciais de testemunhas indiretas.

III. Razões de decidir

3. A sentença de pronúncia foi afastada porque não apresentados indícios mínimos de autoria produzidos ou confirmados em juízo, notadamente porque os indícios de autoria não podem se basear exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial. A testemunha presencial do delito foi ouvida apenas na fase investigativa, sem justificativa para não repetição em fase judicial.

4. O depoimento judicial de testemunha indireta, do tipo "ouviu dizer", não é suficiente para fundamentar a pronúncia.

IV. Dispositivo e tese

5. Agravo regimental desprovido.

Tese de julgamento:

"1. A pronúncia não pode estar fundada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial.

2. O testemunho de 'ouvir dizer' em juízo não é suficiente para fundamentar a pronúncia."

Dispositivos relevantes citados: CPP, arts. 155, 413 e 414.

Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no AgRg no AREsp

2.097.753/MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 02.08.2022; STJ, AgRg no HC 765.618/TO, Rel. Min. Jesuíno Rissato, Sexta Turma, julgado em 13.06.2023.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 2.433.555/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 22/10/2024, DJe de 25/10/2024.)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ARTS. 121, § 2º I, III E IV, DO CÓDIGO PENAL, E 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. DESPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA.

1. A decisão de pronúncia reclama, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, a indicação, com base em dados concretos dos autos, de prova de materialidade e indícios de autoria.

2. Elementos colhidos exclusivamente no inquérito policial não autorizam a submissão do acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri.

3. No caso, além de não ter sido produzida prova sob o crivo do contraditório, a confissão extrajudicial foi retratada em juízo. De igual modo, depoimentos de testemunhas que indicam a autoria somente "por ouvir dizer", no inquérito policial, não se revelam suficientes para um juízo positivo na fase da pronúncia.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 914.679/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 9/9/2024, DJe de 12/9/2024.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA BASEADA EM DEPOIMENTOS INDIRETOS E EM ELEMENTOS INQUISITORIAIS NÃO CONFIRMADOS EM JUÍZO. DESPRONÚNCIA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Constituição Federal determinou ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e os delitos a eles conexos, conferindo-lhe a soberania de seus vereditos.

2. Entretanto, a fim de reduzir o erro judiciário (art. 5º, LXXV, CF), seja para absolver, seja para condenar, exige-se uma prévia instrução, sob o crivo do contraditório e com a garantia da ampla defesa, perante o juiz togado, com a finalidade de submeter a julgamento no Tribunal do Júri somente os casos em que se verifiquem a comprovação da materialidade e a existência de indícios suficientes de autoria, nos termos do art. 413, § 1º, do CPP, que encerra a primeira etapa do procedimento previsto no Código de Processo Penal.

3. Assim, tem essa fase inicial do procedimento bifásico do Tribunal do Júri o objetivo de avaliar a suficiência ou não de razões para levar o acusado ao seu juízo natural. O juízo da acusação (judicium accusationis) funciona como um importante filtro pelo qual devem passar somente as acusações fundadas, viáveis, plausíveis e idôneas a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (judicium causae). A pronúncia consubstancia, dessa forma, um juízo de

admissibilidade da acusação, razão pela qual o Juiz precisa estar "convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação" (art. 413, caput, do CPP).

4. Logo, embora a análise aprofundada das provas seja feita somente pelo Tribunal Popular, não se pode admitir a pronúncia do réu, dada a sua carga decisória, sem qualquer lastro probatório judicializado, fundamentada exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, ou em depoimentos indiretos, não corroborados pela fonte originária da informação, como no caso, de modo que deve ser mantida a decisão de despronúncia do réu.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 879.707/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 19/8/2024, DJe de 22/8/2024.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL CONTRA A DECISÃO QUE CONCEDEU A ORDEM. ROUBO MAJORADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLETADOS NA FASE INQUISITORIAL. AFRONTA AO ART. 155 DO CPP. OCORRÊNCIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. INCOMPATIBILIDADE COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. DESPRONÚNCIA MANTIDA.

1. A sentença de pronúncia configura um juízo de admissibilidade da acusação, não demandando a certeza necessária à sentença condenatória.

Faz-se necessária, todavia, a existência de provas suficientes para eventual condenação ou absolvição, conforme a avaliação do conjunto probatório pelos jurados do Conselho de Sentença, isto é, a primeira fase processual do Júri, o jus accusationis, constitui filtro processual com a função de evitar julgamento pelo plenário sem a existência de prova de materialidade e indícios de autoria.

2. É ilegal a sentença de pronúncia baseada, unicamente, em testemunhos colhidos no inquérito policial, de acordo com o art. 155 do Código de Processo Penal, por não constituir fundamento idôneo para a submissão da acusação ao Plenário do Tribunal do Júri.

3. No caso em apreço, as únicas provas que apontam a autoria do réu foram o testemunho da vítima de roubo colhido durante o inquérito policial e os depoimentos indiretos judiciais das testemunhas que não viram o que aconteceu, o que destoia do atual entendimento desta Corte Superior de Justiça.

4. O fato de não se exigir um juízo de certeza quanto à autoria nessa fase não significa legitimar a aplicação da máxima in dubio pro societate - que não tem amparo no ordenamento jurídico brasileiro - e admitir que toda e qualquer dúvida autorize uma pronúncia. Aliás, o próprio nome do suposto princípio parte de premissa equivocada, uma vez que nenhuma sociedade democrática se favorece pela possível condenação duvidosa e injusta de inocentes (REsp n. 2.091.647/DF, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 3/10/2023).

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 832.912/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 13/8/2024, DJe de 15/8/2024.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, NA MODALIDADE TENTADA, E ASSOCIAÇÃO PARA O

TRÁFICO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA APENAS EM TESTEMUNHOS INDIRETOS, DE "OUVIR DIZER". NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO MANTIDA.

1. A decisão de pronúncia comporta simples juízo de admissibilidade da acusação, para o qual devem concorrer a prova da existência do fato (materialidade) e indícios da autoria ou da participação delitiva do agente, consoante dispõe o art. 413 do CPP.

2. De acordo com o entendimento desta Corte Superior, "o testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony não é suficiente para fundamentar a pronúncia, não podendo esta, também, encontrar-se baseada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, nos termos do art. 155 do CPP" (AgRg no AgRg no AREsp n. 2.097.753/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 2/8/2022, DJe de 8/8/2022).

3. Caso concreto em que a pronúncia não foi lastreada apenas em provas indiretas, mas também no depoimento, inclusive na fase judicial, de testemunha que presenciou a dinâmica dos fatos, de modo que, excluídos os testemunhos indiretos, subsistem elementos de prova suficientes para autorizar a pronúncia dos agravantes.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 854.355/ES, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do Tjdf), Sexta Turma, julgado em 20/5/2024, DJe de 22/5/2024.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESPRONÚNCIA. RECURSO MINISTERIAL. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. INOCORRÊNCIA. ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE PROVA JUDICIALIZADA. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento firmado anteriormente, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - Com efeito: "Conforme a orientação mais atual das duas Turmas integrantes da Terceira Seção deste STJ, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, nos termos do art. 155 do CPP" (AgRg no HC 703.960/RS, Rel. Ministro RIBEIRODANTAS, QUINTA TURMA, DJe 17/12/2021)" (AgRg no REsp n. 1.940.104/AM, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 19/5/2022).

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 2.036.538/RS, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 8/8/2023, DJe de 16/8/2023.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. CRIMES DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. DECISÃO DE IMPRONÚNCIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACOLHIDO EM SEGUNDO GRAU. PRONÚNCIA BASEADA, APENAS, EM DEPOIMENTOS COLHIDOS NA FASE POLICIAL. ILEGALIDADE. DEPOIMENTO DE "OUVI DIZER" (HEARSAY TESTIMONY). RELATOS INDIRETOS. FUNDAMENTO INIDÔNEO PARA SUBMISSÃO DO ACUSADO AO JÚRI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Segundo entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, o testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony não é suficiente para fundamentar a pronúncia, não podendo esta, também, encontrar-se baseada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, nos termos do art. 155 do CPP.

2. Cumpre destacar, a propósito, que: "Configura perda da chance probatória, a inviabilizar a pronúncia, a omissão estatal quanto à produção de provas relevantes que poderiam esclarecer a autoria delitiva, principalmente quando a acusação se contenta com testemunhos indiretos e depoimentos colhidos apenas no inquérito" (AgRg no AREsp n. 2.097.685/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 16/8/2022, DJe de 22/8/2022).

3. Na hipótese dos autos, impõe-se o restabelecimento da decisão do Juízo de primeiro grau que impronunciou o paciente, de modo que, conforme foi suficientemente consignado na origem, não há como se aceitar o prosseguimento de uma ação penal com fundamento, unicamente, em testemunhos indiretos, de insuficiente valor probatório, bem como em uma confissão extrajudicial que não foi ratificada em juízo, oportunidade em que o réu disse não ter participação no crime.

4. Ressalta-se, por fim, que não é necessário revolver o material fático-probatório para restabelecer a decisão de impronúncia, uma vez que, no caso, os fatos incontroversos já estão delineados nos autos e os indícios de que o ora paciente teria participação no crime em apuração foram descritos pela Corte local com base em depoimentos da fase policial, não confirmados em juízo, e em um relato informal de um informante anônimo, que apenas reproduziu comentários de terceiro sobre a autoria delitiva.

5. Agravo regimental do Ministério Público do Estado de Santa Catarina a que se nega provimento.

(AgRg no HC n. 771.973/SC, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 7/2/2023, DJe de 13/2/2023.)

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. TESTEMUNHO INDIRETO (DE "OUVIR DIZER"). IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMAIS INDÍCIOS DE AUTORIA COLHIDOS NA FASE JUDICIAL. DESPRONÚNCIA.

1. Alinhando-se ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (HC 180.144/GO, Rel. Ministro Celso de Mello, DJe 22/10/2020), este Superior Tribunal vem entendendo não ser possível que a pronúncia esteja lastreada tão somente em elementos colhidos durante a fase inquisitorial.

2. "É ilegal a sentença de pronúncia com base exclusiva em provas produzidas no inquérito, sob pena de igualar em densidade a sentença que encerra o jus accusationis à decisão de recebimento de denúncia. Todo o procedimento delineado entre os arts. 406 e 421 do Código de Processo Penal disciplina a produção probatória destinada a embasar o deslinde da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri. Trata-se de arranjo legal, que busca evitar a submissão dos acusados ao Conselho de Sentença de forma temerária, não havendo razão de ser em tais exigências legais, fosse admissível a atividade inquisitorial como suficiente." (HC 589.270/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2021, DJe 22/03/2021).

3. O art. 413 do Código de Processo Penal exige, para a submissão do imputado a julgamento pelo Tribunal do Júri, a existência de comprovação da

materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria ou participação, que se submetem aos ditames do art. 155 do Código de Processo Penal.

4. Conforme o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior; "muito embora a análise aprofundada dos elementos probatórios seja feita somente pelo Tribunal Popular; não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia baseada, exclusivamente, em testemunho indireto (por ouvir dizer) como prova idônea, de per si, para submeter alguém a julgamento pelo Tribunal Popular" (REsp 1.674.198/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2017).

5. No caso dos autos, as instâncias ordinárias fundamentaram a pronúncia do imputado apenas no depoimento de testemunhas que teriam ouvido falar sobre a autoria dos fatos (de auditu), inexistindo, portanto, prova produzida em juízo que pudesse imputar a autoria do delito.

6. Recurso especial provido para despronunciar o acusado das imputações constantes na denúncia.

(REsp n. 1.970.461/BA, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 15/2/2022, DJe de 21/2/2022.)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA FUNDADA EXCLUSIVAMENTE EM INDÍCIOS DO INQUÉRITO POLICIAL E TESTEMUNHO INDIRETO (HEARSAY TESTIMONY). INADMISSIBILIDADE. RECENTE ALTERAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Conforme a orientação mais atual das duas Turmas integrantes da Terceira Seção deste STJ, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, nos termos do art. 155 do CPP.

2. O testemunho indireto ou por "ouvir dizer" (hearsay testimony) não é apto a embasar a pronúncia. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 703.960/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/12/2021, DJe de 17/12/2021.)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO A HOMICÍDIO TENTADO. TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA SUA REJEIÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. TESTEMUNHO INDIRETO (HEARSAY TESTIMONY) QUE NÃO SERVE PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO. OFENSA AO ART. 212 DO CPP. AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO, PELA POLÍCIA, DAS TESTEMUNHAS OCULARES DO DELITO, IMPOSSIBILITANDO SUA OUVIDA EM JUÍZO. FALTA TAMBÉM DO EXAME DE CORPO DE DELITO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 6º, III E VII, E 158 DO CPP. DESISTÊNCIA, PELO PARQUET, DA OUVIDA DE DUAS TESTEMUNHAS IDENTIFICADAS E DA VÍTIMA. GRAVES OMISSÕES DA POLÍCIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE RESULTARAM NA FALTA DE PRODUÇÃO DE PROVAS RELEVANTES. TEORIA DA PERDA DA CHANCE PROBATÓRIA. DESCONSIDERAÇÃO DO DEPOIMENTO DO REPRESENTADO. EVIDENTE INJUSTIÇA EPISTÊMICA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ABSOLVER O RECORRENTE.

1. O representado foi condenado em primeira e segunda instâncias pela prática de ato infracional análogo a homicídio tentado.
 2. Como relataram a sentença e o acórdão, a namorada grávida e um amigo do recorrente foram agredidos por J F DA S A após este ter consumido bebida alcoólica, ao que o representado reagiu, golpeando o agressor com um paralelepípedo. Segundo as instâncias ordinárias, constatou-se excesso na legítima defesa, com base nos depoimentos indiretos do bombeiro e da policial militar que atenderam a ocorrência quando a briga já havia acabado. Esses depoentes, por sua vez, relataram o que lhes foi informado por "populares", testemunhas oculares da discussão que não chegaram a ser identificadas ou ouvidas formalmente pela polícia, tampouco em juízo.
 3. **O testemunho indireto (hearsay testimony) não se reveste da segurança necessária para demonstrar a ocorrência de nenhum elemento do crime, mormente porque retira das partes a prerrogativa legal de inquirir a testemunha ocular dos fatos (art. 212 do CPP).**
 4. A imprestabilidade do testemunho indireto no presente caso é reforçada pelo fato de que a polícia, em violação do art. 6º, III, do CPP, nem identificou as testemunhas oculares que lhes repassaram as informações posteriormente relatadas pela policial militar em juízo. Por outro lado, a vítima, a namorada do recorrente e seu amigo - todos conhecidos da polícia e do Parquet - não foram ouvidos em juízo, tendo o MP/AL desistido de sua inquirição.
 5. Para além da falta de identificação e ouvida das testemunhas oculares, a vítima não foi submetida a exame de corpo de delito, por inércia da autoridade policial e sem a apresentação de justificativa válida para tanto (na forma do art. 167 do CPP), o que ofende os arts. 6º, VII, e 158 do CPP. Perda da chance probatória configurada.
 6. "Nas hipóteses em que o Estado se omite e deixa de produzir provas que estavam ao seu alcance, julgando suficientes aqueles elementos que já estão à sua disposição, o acusado perde a chance - com a não produção (desistência, não requerimento, inviabilidade, ausência de produção no momento do fato etc.) -, de que a sua inocência seja afastada (ou não) de boa-fé. Ou seja, sua expectativa foi destruída" (ROSA, Alexandre Morais da; RUDOLFO, Fernanda Mambrini. A teoria da perda de uma chance probatória aplicada ao processo penal. Revista Brasileira de Direito, v. 13, n. 3, 2017, p. 462).
 7. Mesmo sem a produção de nenhuma prova direta sobre os fatos por parte da acusação, a tese de legítima defesa apresentada pelo réu foi ignorada. Evidente injustiça epistêmica - cometida contra um jovem pobre, em situação de rua, sem educação formal e que se tornou pai na adolescência -, pela simples desconsideração da narrativa do representado.
 8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial e absolver o recorrente, com a adoção das seguintes teses:
 - 8.1: **o testemunho indireto (também conhecido como testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony) não é apto para comprovar a ocorrência de nenhum elemento do crime e, por conseguinte, não serve para fundamentar a condenação do réu. Sua utilidade deve se restringir a apenas indicar ao juízo testemunhas referidas para posterior ouvida na instrução processual, na forma do art. 209, § 1º, do CPP.**
 - 8.2: quando a acusação não produzir todas as provas possíveis e essenciais para a elucidação dos fatos, capazes de, em tese, levar à absolvição do réu ou confirmar a narrativa acusatória caso produzidas, a condenação será inviável, não podendo o magistrado condenar com fundamento nas provas remanescentes.
- (AREsp n. 1.940.381/AL, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/12/2021, DJe de 16/12/2021.)

Na mesma linha, entre outras, as seguintes decisões monocráticas: AREsp n. 2.508.013, Ministra DANIELA TEIXEIRA, DJEN de 29/01/2025; HC n. 937.715, Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJEN de 28/01/2025; AREsp n. 2.788.750, Ministro RIBEIRO DANTAS, DJEN de 24/12/2024; HC n. 962.906, Ministro OG FERNANDES, DJEN de 16/12/2024; AREsp n. 2.581.709, Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJEN de 06/12/2024; HC n. 937.530, Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, DJe de 26/11/2024; AREsp n. 2.680.207, Ministro MESSOD AZULAY NETO, DJe de 04/11/2024; REsp n. 1.518.266, Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 09/10/2024.

Importante ressaltar que não se considera *hearsay testimony* o depoimento que apresente a precisa indicação da fonte, ainda que a testemunha não tenha, ela mesma, presenciado o fato. Com as fontes da informação referenciadas, é possível o exercício do contraditório, até mesmo, se necessário, com a oitiva no plenário do Tribunal do Júri. O que não se admite, em nenhuma hipótese, é validade do testemunho que apenas reproduz a *vox publica*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PROVA DE MATERIALIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. PRONÚNCIA QUE NÃO SE AMPARA EXCLUSIVAMENTE EM TESTEMUNHOS INDIRETOS (HEARSAY TESTIMONY) E ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

1. Dentro das balizas cognitivas possíveis na via do recurso especial, constata-se que os indícios de autoria decorreriam de elementos colhidos tanto na fase inquisitorial quanto em juízo.

Foram valorados o (i) testemunho do adolescente, (ii) as confissões extrajudiciais de ambos os Acusados, (iii) o depoimento, em juízo, do policial e o (iv) relato da vítima.

2. Segundo consta nos autos, o adolescente, na delegacia, não só afirmou ter ouvido a confissão dos Corrêus, mas também esclareceu que ficou encarregado de esconder as armas usadas no crime a pedido deles. Os Corrêus, por sua vez, confessaram, extrajudicialmente, detalhando o modus operandi e até mesmo a motivação do delito, não obstante tenham se retratado em juízo.

3. Tanto na fase inquisitiva, como em juízo, o policial militar informou que foram feitas diligências preliminares, que indicaram, como possíveis suspeitos do delito, o adolescente, o Corrêu e o ora Agravado. Disse, ainda, que durante a conversa com o Recorrido, este teria se vangloriado do feito, afirmando que ele e o Corrêu tentaram "pegar" a vítima, mas que "não era o dia dele, pois quando colocou a arma na cara dele e deu o primeiro, a munição deu nega, quando deu os demais ele já tinha corrido e lamentou não ter segurado ele pela camisa e matado", o que também teria sido confirmado pelo Coautor.

4. O policial também afirmou que os próprios acusados informaram o paradeiro da arma utilizada no delito, para onde rumou logo após, tendo lá encontrado o referido artefato bélico, que lhe foi entregue pelo adolescente. No ponto, a informação prestada pelo policial está em harmonia com o relato do adolescente e com a confissão extrajudicial do Agravado.

5. Em solo policial, o ofendido apontou a autoria do delito para o ora Agravado, dizendo, inclusive, que já o conhecia desde pequeno.

Em juízo, a vítima se retratou, mas não se pode olvidar que, na audiência, disse "que após os fatos mudou-se para a roça, por medo".

6. O que o art. 155 do Código de Processo Penal veda é que a decisão seja amparada, exclusivamente, em elementos informativos. No entanto, é juridicamente possível que o julgador forme sua convicção a partir do cotejo da prova produzida sob as garantias do contraditório e da ampla defesa com os indícios reunidos na fase policial, ali incluídas as imagens de câmeras de segurança do momento do delito. É o que se vê no caso em tela, pois, além das confissões extrajudiciais, do depoimento da vítima e do relato do adolescente, foi ouvido, em juízo, o policial militar, cujo testemunho é harmônico com os demais indícios de autoria valorados pela Jurisdição Ordinária.

7. O depoimento do agente da persecução penal, nesse caso, não pode ser considerado mero hearsay testimony. O depoente, policial militar, não veio a juízo para simplesmente reproduzir a vox publica (relatar que ouviram dizer alguma coisa), mas sim para revelar informações valiosas que angariou no curso da investigações. Aliás, a precisa e particularizada indicação da fonte é fator que também parece diferenciar o depoimento do policial, nesse caso, do testemunho indireto: as fontes do testemunho estão devidamente referenciadas nos autos, quais sejam, o adolescente W e os próprios Acusados, que, em tese, podem ser ouvidos, novamente, em plenário, perante os Jurados.

8. Há nos autos, portanto, duas versões: a da Acusação e a da Defesa. Ambas são dotadas de plausibilidade, porém, havendo indícios mínimos de autoria, a questão deve ser dirimida pelo Juízo Natural, no caso, o Conselho de Sentença, consoante prevê o art. 5.º, inciso XXXVIII, alínea d, da Constituição Federal, conforme tem entendido esse Superior Tribunal de Justiça.

9. O art. 413 do Código exige a presença de indícios de autoria e não prova cabal e irrefutável, sendo certo que "indício" nada mais é que "a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias" (art. 239 do Código de Processo Penal). In casu, aparentemente, o (i) testemunho do adolescente, (ii) as confissões extrajudiciais de ambos os Acusados, (iii) o depoimento, em juízo, do policial e o (iv) relato da vítima parecem indicar um *l astro probatório*, ainda que mínimo, é verdade, a recomendar a pronúncia do Agravado.

10. Agravo regimental provido para, mantido o conhecimento do agravo, desprover o recurso especial defensivo e restabelecer a pronúncia.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 2.102.669/MG, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, relatora para acórdão Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 19/9/2023, DJe de 2/10/2023.)

Por fim, a jurisprudência desta Corte excepcionaliza a possibilidade do testemunho indireto no caso das provas não repetíveis ou quando se verifica um temor concreto de represálias pelo comparecimento em juízo:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU A ORDEM. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLETADOS NA FASE INQUISITORIAL. OFENSA AO ART. 155 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PACIENTE DESPRONUNCIADO.

*1. A sentença de pronúncia configura um juízo de admissibilidade da acusação, não demandando a certeza necessária à sentença condenatória. Faz-se necessária, todavia, a existência de provas suficientes para eventual condenação ou absolvição, conforme a avaliação do conjunto probatório pelos jurados do Conselho de Sentença, isto é, a primeira fase processual do Júri, o *jus accusationis*, constitui filtro processual com a função de evitar julgamento pelo plenário sem a existência de prova de materialidade e indícios de autoria.*

2. É ilegal a sentença de pronúncia baseada, unicamente, em testemunhos colhidos no inquérito policial, de acordo com o art. 155 do Código de Processo Penal, por não constituir fundamento idôneo para a submissão da acusação ao Plenário do Tribunal do Júri.

3. No entanto, excepcionalmente, reconhece-se o testemunho indireto, prestado em Juízo, por policiais que acompanharam as investigações, principalmente os depoimentos, testemunhos e interrogatórios da fase extrajudicial, nas hipóteses de provas não repetíveis, tais como a morte superveniente da vítima ou testemunha, ou, ainda, quando verificado concretamente o temor em comparecer em Juízo.

Todavia, esse não é o caso dos autos, pois trata-se de vítima viva que não foi encontrada e não há nenhuma informação nos autos de que tenha deixado de prestar o seu depoimento judicial por temer represálias ou estar recebendo ameaças.

4. No caso em apreço, as únicas provas que apontam a autoria do paciente foram colhidas na fase inquisitorial, pois das duas testemunhas ouvidas na fase judicial, uma não presenciou os fatos (o policial que atendeu à chamada) e a outra não sabe dizer quem foi o autor dos disparos.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 676.342/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 26/8/2024, DJe de 28/8/2024.)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (UM CONSUMADO E OUTRO TENTADO). MATERIALIDADE PROVADA. INDÍCIOS DE AUTORIA AFERÍVEIS COM BASE EM ELEMENTOS COLHIDOS NA FASE JUDICIAL E INQUISITORIAL. FALECIMENTO DA VÍTIMA SOBREVIVENTE NO CURSO DA AÇÃO PENAL. PROVA NÃO REPETÍVEL. PRONÚNCIA. NECESSIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AFASTADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Acerca do depoimento indireto (testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony), sua imprestabilidade para pronunciar o acusado é pacífica na jurisprudência deste STJ policial, sem que estes tenham sido confirmados em juízo. (AgRg no REsp n. 2.059.866/ES, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 18/9/2023, DJe de 22/9/2023.)

2. No caso, a vítima sobrevivente relatou ao seu próprio pai (testemunha ouvida em juízo) ser o paciente o autor do crime de homicídio consumado e tentado, inexistindo a figura abominável do "testemunho de ouvir dizer" (testemunho prestado com apoio em boatos, sem indicação da fonte).

*3. Por outro lado, a vítima sobrevivente, no seu depoimento em sede policial, apontou ser o paciente o autor dos disparos de arma de fogo. **Seu depoimento deixou de ser colhido em sede judicial em razão de seu falecimento no curso das investigações, o que tornou a prova irrepetível, o afasta a afronta ao art. 155 do CPP. Precedentes.***

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC n. 879.330/BA, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 27/2/2024, DJe de 1/3/2024.)

Conclusão:

Delimitação da controvérsia: definir a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial; b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia.

À vista dos debates travados pela Terceira Seção durante as sessões de julgamento, aderi à proposta de redação apresentada pela Ministra Maria Marluce Caldas, que, a partir das ponderações formuladas pelo colegiado, melhor delimita o alcance das teses ora fixadas. Por essa razão, incorporo ao presente voto a redação proposta por Sua Excelência, que passa a constituir a formulação final das teses:

1) A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas);

2) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probatório exigido para a decisão de pronúncia;

3) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa.

Do caso concreto

Consta que ANTÔNIO CAÍQUE SANTOS CORREIA foi pronunciado pelo 1º Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Salvador/BA, nos autos da ação penal n. 0567853-24.2018.8.05.0001, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, por três vezes, contra as vítimas Derivaldo Rocha dos Santos, Márcio Rogério Bandeira e Geraldo Mota Cunha. O acusado foi denunciado pelo

Ministério Público sob a alegação de que, no dia 6/2/2017, por volta das 18h30min, no Parque Metropolitano de Pituáçu, em Salvador/BA, em comunhão de desígnios com outros dois indivíduos já falecidos, efetuou disparos de arma de fogo contra as vítimas, levando-as a óbito, e, em seguida, ateou fogo nos corpos.

Interposto recurso em sentido estrito pela defesa, o recurso foi conhecido e não provido, à unanimidade, pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, mantendo-se integralmente a decisão de pronúncia pelos seus próprios fundamentos. O voto do relator destacou que a decisão de pronúncia se trata de juízo de admissibilidade da acusação, sendo necessária apenas a demonstração da materialidade do crime e a existência de indícios suficientes de autoria, o que se verificou no caso dos autos com base nos depoimentos das testemunhas e demais elementos probatórios colhidos na fase inquisitiva e judicial.

O recurso especial interposto pela defesa de ANTÔNIO CAÍQUE SANTOS CORREIA sustenta violação aos arts. 155 e 414 do Código de Processo Penal, argumentando que não há indícios suficientes de autoria para justificar a pronúncia. Segundo a defesa, a decisão recorrida se baseou em depoimentos testemunhais frágeis e contraditórios, sendo que nenhuma das testemunhas foi capaz de apontar o recorrente como autor do crime com a certeza exigida no processo penal. Alegou ainda que a condenação foi fundamentada em elementos colhidos na fase inquisitorial que não foram confirmados em juízo, em afronta ao art. 155 do Código de Processo Penal.

Com razão o recorrente.

A sentença partiu da premissa incorreta de que os elementos do inquérito, desde que coerentes e não contrariados pela prova colhida sob o crivo do contraditório, são suficientes para a pronúncia do réu. Vejamos:

Sabe-se que os elementos colhidos na fase extrajudicial, sendo coerentes e desde que não contrariados pela prova colhida em juízo, são suficientes para uma decisão de pronúncia, que, quanto à autoria delitiva, não exige certeza, mas tão-somente probabilidade. Até porque, poderá a prova ser repetida na presença dos juízes constitucionais, quando poderão apreciar os depoimentos prestados e eventuais contradições, formando seu convencimento para o julgamento do mérito. (e-STJ, fl. 1.590)

As testemunhas ouvidas em juízo que fundamentaram a pronúncia foram José Dore Edson dos Santos, Danilson Rocha dos Santos, Alexandro Soares Leite e Agnaldo Ceita.

José Dore Edson dos Santos, segurança no local, relatou que conhecia as vítimas e presenciou os disparos. Viu dois homens armados, com rostos pintados e roupas

do Exército, sendo que um deles jogou líquido nas vítimas e ateou fogo. Nega ter reconhecido os indivíduos na delegacia, apesar de ter assinado o auto de reconhecimento, pois estavam com os rostos pintados.

Danilson Rocha dos Santos, irmão da vítima Derivaldo, contou que soube da execução por fotos no WhatsApp. Ficou sabendo por matéria televisiva que ANTÔNIO CAÍQUE teria sido o mandante do crime. Relatou que obteve informações pela mídia e ouviu que o crime foi vingança pela morte de um traficante.

Alexandro Soares Leite narrou que teve seu carro tomado de assalto e posteriormente soube que o veículo foi utilizado no homicídio ocorrido no Estádio de Pituçu. Em seu depoimento em juízo, ele relatou que foi abordado por dois indivíduos que subtraíram seu automóvel. Ele fez o reconhecimento fotográfico dos assaltantes na delegacia, mas não reconheceu ANTÔNIO CAÍQUE, apenas PABLO AZEVEDO e MATEUS RAFAEL (e-STJ fls. 66/67).

Por fim, Agnaldo Ceita afirmou que não estava presente no local no momento dos fatos, mas chegou após a ocorrência. Ele relatou que a segurança do evento era formada por pessoas contratadas e freelancers. Ele mencionou que a execução dos seguranças estava ligada ao desaparecimento de uma pessoa em um evento anterior, e que a companheira dessa pessoa teria indicado os seguranças que foram mortos.

Conforme se observa dos resumos acima, nenhum dos depoimentos submetidos ao crivo do contraditório trazem elementos concretos que possam apontar ANTÔNIO CAÍQUE como autor do crime.

Como já amplamente apresentado neste voto, o ordenamento jurídico brasileiro não admite que um réu seja submetido ao julgamento do Tribunal do Júri com base apenas em testemunhos indiretos ou em depoimentos não reiterados em juízo. A ausência de provas produzidas sob contraditório judicial impede a formação de um juízo de admissibilidade válido para a pronúncia.

Diante do exposto, e considerando que a decisão de pronúncia carece de provas colhidas sob o crivo do contraditório que justifiquem a submissão do réu ao julgamento pelo Tribunal do Júri, **dou provimento ao recurso especial**, a fim de impronunciar o réu.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2048687 - BA (2023/0018401-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA
ADVOGADO : BRUNO RENAN SILVA MENDES DE ALMEIDA - BA030239
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676

VOTO-VOGAL

Peço vênua ao eminente Relator para acompanhá-lo quanto ao provimento do recurso especial, mas divergir parcialmente da fundamentação e, sobretudo, da extensão normativa da tese proposta no tocante ao testemunho indireto.

Acompanho o eminente Relator quanto ao resultado do julgamento. Também estou de acordo com a premissa de que a sentença de pronúncia não pode apoiar-se exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase inquisitorial que não tenham sido confirmados sob o crivo do contraditório judicial, ressalvadas, evidentemente, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, nos exatos termos do art. 155 do Código de Processo Penal. Nesse ponto, a jurisprudência desta Corte, tal como exposta no voto condutor e nos documentos trazidos aos autos, mostra-se suficientemente consolidada.

Minha divergência é mais delimitada. Ela recai sobre a conveniência de se formular, em sede repetitiva, tese demasiadamente rígida acerca do testemunho indireto, como se fosse possível resolver por enunciado fechado uma realidade probatória que, por sua própria natureza, apresenta gradações muito distintas de confiabilidade, necessidade e controlabilidade.

O voto-vista do Min. Schietti, com acuidade, registra que a matéria ainda revela inconsistências jurisprudenciais e reclama maior precisão terminológica, inclusive porque o próprio debate travado no âmbito desta Corte já tem admitido distinções relevantes entre mera vox publica,

testemunho indireto com fonte identificada, prova irrepetível e hipóteses de temor concreto de represálias.

Com a devida vênia, penso não ser recomendável que o precedente repetitivo avance para um engessamento conceitual que suprima, por fórmula excessivamente abstrata, a necessária margem de apreciação judicial em contextos de criminalidade violenta, organizações criminosas, facções e outras situações em que o ambiente de intimidação altera profundamente a dinâmica de produção da prova oral.

A nota técnica mencionada no voto-vista trouxe exatamente essa preocupação, ao sustentar que a palavra de testemunhas ou vítimas que não mais são encontradas em razão de medo de represália por grupos criminosos pode ostentar natureza irrepetível, diante da imposição da chamada lei do silêncio, e ao propor que o testemunho indireto, quando dotado de fiabilidade por coerência interna e externa, possa ser admitido para a pronúncia, sobretudo quando a acusação demonstrou ter se desincumbido do ônus de tentar produzir a prova direta em juízo.

A insuficiência da expressão "ouvir dizer" como categoria jurídica unitária, aliás, não é apenas uma percepção empírica desta Corte: é uma deficiência conceitual que a doutrina especializada tem enfrentado com crescente rigor. Conforme demonstra o Prof. Edilson Mougenot Bonfim, em sua mais recente obra: *Júri: do Inquérito ao Plenário*, 69 ed., São Paulo, Saraiva Jur, 2025, pp. 232-237:

"A expressão consagrada na linguagem processual antiga — 'testemunha de ouvir dizer' — não é apenas imprecisa: é, sobretudo, equívoca e defasada. Sob sua epígrafe indistinta, abrigam-se entidades jurídicas semanticamente diversas, de valor probatório absolutamente desigual. Ao igualar, sob um mesmo rótulo, o rumor vago e a confissão íntima, o boato distante e a revelação confidencial, comprometem-se o juízo justo e o rigor da valoração probatória."

Esse diagnóstico, formulado com profundidade, tem implicação direta sobre o que aqui se discute: se o próprio rótulo que esta Seção pretende converter em tese repetitiva é, do ponto de vista técnico, uma categoria imprecisa — capaz de englobar, indistintamente, o eco de um boato e a confidência do confesso —, seria hermenêuticamente precipitado fixar, sob esse mesmo rótulo, uma regra de inaptidão probatória uniforme e absoluta.

Essa consideração, a meu sentir, não deve ser desprezada em nome de uma uniformização excessivamente dura. O sistema de precedentes do Superior Tribunal de Justiça reclama estabilidade, coerência e integridade, mas não autoriza que a tese repetitiva reduza a complexidade do fenômeno probatório a uma abstração incapaz de dialogar com os casos-limite que desafiam a prática forense. A utilidade do repetitivo está em oferecer critério de orientação; não em converter-se em camisa de força hermenêutica que, ao pretender proteger garantias, acabe também por neutralizar a capacidade do processo penal de responder adequadamente a contextos estruturais de intimidação da prova. Essa preocupação, aliás, harmoniza-se com a observação lançada no voto-vista no sentido de que o tema exige contornos mais precisos e delineamento mais adequado de eventuais exceções.

Por isso, não me parece tecnicamente adequado afirmar, em termos absolutos, uma espécie de não validade do testemunho indireto para a pronúncia. Mais correto é reconhecer que tal modalidade de prova, embora epistemicamente mais frágil do que o testemunho direto, não é desconhecida pelo ordenamento e pode ostentar relevo variável conforme o

contexto de produção, a identificação da fonte, a possibilidade de controle defensivo, a coerência do relato e a presença de elementos autônomos de corroboração. O próprio voto do Relator assinala que, no direito brasileiro, não há impedimento legal ao testemunho indireto, destacando que o problema maior reside na sua confiabilidade reduzida quando desacompanhado de indicação da fonte direta ou de corroboração mínima.

Nessa linha, reputo mais adequado afirmar que o testemunho indireto não é, em regra, suficiente, sozinho, para sustentar a pronúncia, mas pode assumir maior densidade valorativa em hipóteses excepcionais e objetivamente demonstradas, especialmente quando: i) a fonte originária da informação esteja identificada; ii) o relato indireto apresente coerência interna e externa; iii) exista razão concreta e verificável para a não renovação da prova direta em juízo; e iv) o conjunto probatório revele elementos independentes de confirmação.

A construção ora proposta encontra respaldo na sistematização doutrinária recentemente formulada pelo Prof. Edilson Mougenot Bonfim, que, ao propor a superação do rótulo unitário de "testemunha de ouvir dizer", fixou uma classificação técnica das vozes indiretas fundada em três variáveis determinantes:

(a) **o grau de espontaneidade da fonte originária:** quanto maior a naturalidade da confissão ou do relato, maior sua força persuasiva;

(b) **a proximidade relacional entre o autor do fato e aquele que transmite a narrativa:** vínculos afetivos, de confiança ou convivência conferem plausibilidade ao relato; e

(c) **a carga narrativa:** o nível de precisão, contexto e verossimilhança do depoimento transmitido (ob. cit., p.235).

Segundo o mesmo autor, as categorias que integram essa escala ascensional são: a testemunha de revelação confidencial (quem toma conhecimento de fatos incriminadores em contexto de intimidade ou lealdade afetiva, onde a espontaneidade confere verossimilhança ao relato); o depositário de confissão extrajudicial (quem ouve do próprio autor, sem coação, narrativa confessional detalhada); o receptor de narrativa autoinculpatória (quem recebe confissão espontânea do agente, sem expectativa de recompensa nem envolvimento passional); a testemunha de conhecimento indireto qualificado (quem, embora não haja presenciado o crime, reproduz informação obtida em condições confiáveis, claras e coerentes, com aderência ao conjunto probatório); e a testemunha de ciência derivada substancial (aquele cujo relato apresenta robustez lógica, encaixe material e convergência indiciária, *ibid.*, p. 234-235).

Trata-se, portanto, de uma escala de confiabilidade e não de uma lista de exclusão: não se pretende hierarquizar a admissibilidade, mas escalonar a força probatória de cada modalidade. Como anota Mougenot Bonfim, essa classificação "não foi concebida como compartimentos estanques, mas como marcos em uma escala ascensional, que reflete a densidade qualitativa das manifestações testemunhais indiretas" (*ibid.*, p. 235).

Essa perspectiva alinha-se, com precisão, à proposta que ora formulo: não se trata de conferir ao testemunho indireto validade irrestrita, mas de reconhecer que, sob o rótulo único e indevido de "ouvir dizer", coexistem modalidades probatórias radicalmente distintas, cujo tratamento uniforme — seja para validá-las em bloco, seja para proscrevê-las em bloco — importa, nos dois casos, em injustiça epistêmica testemunhal, desvalorizando, silenciando e, até mesmo, cerceando a produção do conhecimento no processo penal.

É essa mesma racionalidade que, em obiter dictum, penso deva iluminar situações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Não se pode ignorar que tais delitos frequentemente se desenvolvem em ambientes fechados, assimétricos e marcados por medo, dependência emocional, econômica ou física, retração probatória e silenciamento progressivo da vítima.

Raciocínio semelhante se impõe nos feitos relativos a organizações e facções criminosas. A imposição de silêncio, a intimidação de testemunhas, a eliminação de fontes, a circulação fragmentada da informação e o medo concreto de represália produzem uma patologia própria da prova oral. Nesses cenários, exigir sempre a mesma modelagem probatória de casos ordinários equivale, em certa medida, a ignorar que a atuação do crime organizado se volta precisamente a impedir a produção de prova direta judicializada. Os documentos dos autos mencionam expressamente esse problema ao registrar a referência a grupos criminosos, facções e temor de represálias como fatores capazes de tornar a prova originária irrepetível ou de justificar maior cuidado na formulação da tese.

O processo penal, para ser democrático, não pode ser ingênuo quanto às estruturas de obstrução probatória que determinadas formas de criminalidade mobilizam sistematicamente.

Nada disso, por certo, elimina as garantias do contraditório e da ampla defesa. O que se pretende evitar é que tais garantias sejam lidas de modo abstratamente maximalista a ponto de desconsiderar os mecanismos concretos pelos quais determinadas formas de criminalidade inviabilizam a colheita da prova direta. O processo penal democrático precisa ser garantista, mas também precisa ser funcionalmente apto a lidar com estratégias de obstrução probatória próprias da violência organizada. E isso não se confunde com utilitarismo. A resposta adequada, a meu ver, não está em proclamar validade plena do testemunho indireto, tampouco em negar-lhe qualquer aptidão jurídica relevante, mas em submetê-lo a um teste rigoroso de necessidade, confiabilidade e corroboração.

Contudo, entendo que, caso se conclua pela necessidade de elaboração de tese repetitiva, esta deve ser redigida com cautela bastante para não transformar uma orientação de prudência probatória em regra de fechamento incompatível com a diversidade dos casos concretos. O precedente deve afirmar que a pronúncia não se sustenta em prova inquisitorial exclusiva nem em mero testemunho indireto isolado e desancorado; mas deve, ao mesmo tempo, preservar espaço para a valoração de testemunhos indiretos qualificados, sobretudo em hipóteses de irrepetibilidade, intimidação de testemunha, criminalidade organizada e outras situações em que a própria estrutura do delito afeta o modo de produção da prova.

Assim, em havendo fixação de tese, divirjo parcialmente da fundamentação e da formulação da tese repetitiva, propondo os seguintes enunciados:

1. A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas) – Ou seja, ratifico as propostas de "Tese 1" do Exmo. Min. Reynaldo Soares da Fonseca e do Exmo. Min. Rogerio Schietti.
2. O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o standard probabilidade exigido para a decisão de pronúncia – Ou seja, ratifico a

proposta de "Tese 2" do Min. Reynaldo Soares da Fonseca e a "Tese 3" do Min. Rogério Schietti. E acrescento:

3. **Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada, facções criminosas, silenciamento imposto à vítima ou à testemunha e outras hipóteses objetivamente demonstradas de irrepetibilidade ou dificuldade substancial de produção da prova direta, o testemunho indireto qualificado poderá assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e não dissociado das garantias do contraditório e da ampla defesa.**

Ante o exposto, peço vênua ao eminente Relator para acompanhá-lo quanto ao resultado, dando provimento ao recurso especial para despronunciar ANTÔNIO CAIQUE SANTOS CORREIA, com fundamento nos arts. 155 e 414 do Código de Processo Penal, sem prejuízo da incidência do parágrafo único do art. 414 do CPP, caso sobrevenham provas novas.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2048687 - BA (2023/0018401-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ANTONIO CAIQUE SANTOS CORREIA
ADVOGADO : BRUNO RENAN SILVA MENDES DE ALMEIDA - BA030239
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : ADHEMAR DE BARROS - SP409597
ANA JULIA POZZI ARRUDA - SP423751
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA - DF065698
FERNANDA PRATES FRAGA - RJ114084
RENATO STANZIOLA VIEIRA - SP189066
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676

VOTO-VISTA

I. Razões do recurso

ANTÔNIO CAIQUE SANTOS CORREIA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia** no Recurso em Sentido Estrito n. 0567853-24.2018.8.05.0001.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado e pronunciado pela prática do crime de homicídio qualificado, nos termos do art. 121, § 2º, I e IV, do CP.

A defesa aduz, em síntese, que: a) não há indícios suficientes de autoria para a pronúncia; b) as qualificadoras relativas ao motivo torpe e à impossibilidade de defesa da vítima não ficaram caracterizadas. Aponta, para tanto, violação dos arts. 155 e 414 do CPP.

Requer, assim, a impronúncia ou, subsidiariamente, o afastamento das qualificadoras.

Na condição de *amici curiae*, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – Ibccrim, a Associação Nacional da Advocacia Criminal – Anacrim, a Defensoria Pública da União e o Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – Gaets manifestaram-se pela impossibilidade de que a decisão de pronúncia se baseie, exclusivamente, em elementos de informação do inquérito policial ou em testemunho indireto.

Em sentido diverso, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) apresentou nota técnica em que pleiteou, inicialmente, o cancelamento do Tema 1.260, diante da suposta impossibilidade de fixação de tese repetitiva abstrata. Subsidiariamente, propôs os seguintes enunciados:

- 1) Os elementos informativos colhidos no inquérito, isoladamente considerados, são insuficientes para pronúncia, mas podem ser valorados no contexto probatório, especialmente quando harmônicos com as provas dos autos, inclusive as cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- 2) A palavra de testemunhas ou vítimas não mais encontradas em função de demonstrado contexto de medo de sofrerem represália por parte de grupos criminosos ("facções criminosas") é de natureza irrepetível, haja vista a imposição de "lei do silêncio" por estes grupos, como também pelo fundado receio daqueles em, inclusive, serem mortos caso novamente colaborem para a persecução penal.
- 3) O testemunho indireto, quando dotado de fiabilidade por sua coerência interna e externa, pode ser admitido para a pronúncia, sobretudo nos casos de prova irrepetível, em que a acusação demonstrou que se desincumbiu do ônus de tentar trazer ao juízo a pessoa de quem se pretende colher o depoimento, ou quando o

próprio acusado, por sua má conduta, impediu que a pessoa viesse a juízo (*forfeiture by wrong-doing*).

Por fim, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não provimento do recurso. Quanto ao tema repetitivo, propôs a fixação de duas teses (fls. 2.235-2.246):

- 1) A sentença de pronúncia pode ser fundamentada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial, ainda que não tenham sido confirmados em juízo;
- 2) O testemunho indireto, colhido ou não em juízo, constitui meio de prova idôneo para fundamentar a pronúncia, desde que não seja o único elemento de convicção do órgão julgador.

Levado o feito a julgamento, o eminente relator, Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, em judicioso voto dava provimento ao recurso, nos termos da ementa a seguir:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EXCLUSIVA EM ELEMENTOS INFORMATIVOS DO INQUÉRITO POLICIAL E TESTEMUNHOS INDIRETOS. INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DESPRONÚNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto nos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e 256 e seguintes do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Delimitação da controvérsia: definir a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial; b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia.

3. Tese: **1) A sentença de pronúncia não pode ser fundamentada exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial que não tenham sido confirmados em juízo; 2) O testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui meio de prova idôneo para fundamentar a pronúncia.**

4. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou a jurisprudência no sentido de que a decisão de pronúncia, para ser válida, não pode se apoiar exclusivamente em elementos de informação colhidos durante a fase investigatória ou em depoimentos indiretos (“ouvir dizer”).

5. Esse entendimento reflete a necessidade de proteger os direitos fundamentais do acusado, em especial a presunção de inocência e o contraditório, que são elementos essenciais em um Estado Democrático de Direito. A aplicação rigorosa do princípio do

contraditório na fase de pronúncia busca evitar que o réu seja submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri sem a devida substância probatória, garantindo que apenas aquelas acusações baseadas em provas concretas e devidamente verificadas possam dar prosseguimento ao processo penal.

6. Caso concreto: O acusado foi pronunciado pelo crime de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP) e pela conduta de atear fogo nos corpos das vítimas, fundamentada a decisão em depoimentos e elementos extraídos das fases investigatória e judicial. Contudo, nenhum dos depoimentos submetidos ao crivo do contraditório traz elementos concretos que possam apontar o réu como autor do crime, em razão das fragilidades, contradições e da natureza indireta das informações prestadas pelas testemunhas ouvidas em juízo. Dessa forma, tem razão a defesa ao alegar violação dos arts. 155 e 414 do CPP, pela ausência de prova robusta e judicializada que justifique a submissão do réu ao Tribunal do Júri.

7. Recurso especial provido.

Na ocasião, **pedi vista** dos autos para melhor análise das matérias postas em discussão.

II. Delimitação da controvérsia

A controvérsia central afetada ao rito dos recursos repetitivos neste **Tema n. 1.260** gira em torno de “definir:

a) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial;

b) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia”.

III. Contextualização do debate e da jurisprudência do STJ sobre a matéria

No que tange à **impossibilidade de pronúncia com base, unicamente, em testemunhos de ouvir dizer**, recorro-me da decisão que proferi no **REsp n. 1.444.372/RS**, ainda em 2016.

Naquela ocasião, destaquei que:

[...] não há como submeter o recorrido a julgamento pelo Tribunal do Júri com base em uma única declaração – diga-se, colhida apenas no inquérito –, de uma pessoa que ouviu dizer de outra pessoa que, também ouvida apenas perante a autoridade policial, nada afirmou sobre a autoria do delito de homicídio.

[...]

A razão do repúdio a esse tipo de testemunho se deve ao fato de que, além de ser um depoimento pouco confiável, visto que os relatos se alteram quando passam de boca a boca, o acusado não tem como refutar, com eficácia, o que o depoente afirma sem indicar a fonte direta da informação trazida a juízo.

[...]

Na espécie, até houve menção à fonte da qual teria partido a informação sobre a autoria do homicídio, mas, como destacado, a referida testemunha – vizinha que prestou socorro à vítima – não confirmou, nem sequer por comentários na Vila, quem teria matado a vítima.

(REsp n. 1.444.372/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 16/2/2016, DJe de 25/2/2016)

Já no que concerne mais especificamente à **insuficiência de elementos de informação do inquérito policial para subsidiar, por si sós, a decisão de pronúncia**, salvo melhor juízo, a matéria recebeu atenção mais detida no **HC n. 560.552/RS** (Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 26/2/2021):

[...]

6. Na hipótese, optar pela pronúncia implica considerar suficiente a existência de prova inquisitorial para submeter o réu ao Tribunal do Júri sem que se precisasse, em última análise, de nenhum elemento de prova a ser produzido judicialmente. Ou seja, significa inverter a ordem de relevância das fases da persecução penal, conferindo maior juridicidade a um procedimento administrativo realizado sem as garantias do devido processo legal em detrimento do processo penal, o qual é regido por princípios democráticos e por garantias fundamentais.

[...]

8. O standard probatório relativo à pronúncia é mais alto que o de uma decisão qualquer (exceto condenação de meritis). A cognição, nela, é – transpondo para o processo penal as lições de Kazuo Watanabe (Cognição no Processo Civil, São Paulo: Saraiva, 2012) para o processo civil – muito mais profunda. Por isso, **a pronúncia, exigindo um padrão de prova mais elevado, dado que requer cognição mais aprofundada, não pode se contentar unicamente com elementos probatórios que não foram submetidos ao contraditório.**

9. Impossibilidade de se admitir a pronúncia de acusado com base em indícios derivados do inquérito policial. Precedentes.

[...]

(HC n. 560.552/RS, relator Ministro **Ribeiro Dantas**, Quinta Turma, julgado em 23/2/2021, DJe de 26/2/2021.)

Tem havido, como bem demonstrou o eminente relator, uma profusão de julgados sobre a matéria, de modo a se poder afirmar que o tema já é debatido há alguns anos neste Superior Tribunal e que se encontra razoavelmente consolidado em ambas as turmas; **entretanto**, segundo penso, **ainda há relevantes inconsistências na apreciação dos casos sobre o assunto**, as quais evidenciam a necessidade de darmos contornos mais precisos a essa matéria, de fundamental importância para o funcionamento do Tribunal do Júri.

Faço o registro, a propósito, de que, **apesar de não constar nas teses sugeridas, o corpo do voto do relator parece estabelecer pelo menos duas exceções às regras gerais** enunciadas sobre o testemunho indireto, as quais ainda são objeto de candentes debates nos julgamentos deste Superior Tribunal:

i) “Importante ressaltar que não se considera *hearsay testimony* o depoimento que apresente a precisa indicação da fonte, ainda que a testemunha não tenha, ela mesma, presenciado o fato. Com as fontes da informação referenciadas, é possível o exercício do contraditório, até mesmo, se necessário, com a oitiva no plenário do Tribunal do Júri. O que não se admite, em nenhuma hipótese, é validade do testemunho que apenas reproduz a *vox publica*”; e

ii) “a jurisprudência desta Corte excepcionaliza a possibilidade do testemunho indireto no caso das provas não repetíveis ou quando se verifica um temor concreto de represálias pelo comparecimento em juízo”.

Assim, apenas a título de exemplo dos pontos que, em meu sentir, merecem algum aprofundamento no debate, menciono:

i) a necessidade de maior clareza e precisão terminológica na referência aos conceitos de *hearsay*, testemunho indireto (com ou sem identificação da fonte), testemunho de ouvir dizer e prova indireta, ora usados nos julgados deste Superior Tribunal como sinônimos, ora como conceitos distintos entre si;

ii) um delineamento mais adequado de eventuais exceções à impossibilidade de pronúncia com base apenas em elementos de informação do inquérito e/ou testemunho indireto;

IV. Pertinência da afetação – Marco teórico da concepção racionalista da prova no sistema de precedentes

De início, cumpre examinar o pedido do CNPG para que o tema seja desafetado do rito dos recursos repetitivos, sob o argumento de que “parece inviável definir, de modo claro e objetivo: i) todas as circunstâncias em que os elementos do inquérito serão suficientes para a pronúncia, pois a própria lei estabelece hipóteses em que são suficientes até mesmo para a condenação – artigo 155, *in fine*, do CPP; ii) todas as hipóteses em que o depoimento indireto será admitido para a pronúncia, pois a sua idoneidade e fiabilidade somente podem ser avaliados no caso concreto”.

Segundo respeitável fonte doutrinária que embasa o pedido ministerial, “*hearsay* não é uma questão objetiva, mas um elemento de prova cuja análise é amplamente casuística, o que faz com que a questão não possa ser julgada sobre o rito dos recursos repetitivos” (CARVALHO JUNIOR, Alderico de; CARDOSO, Jaqueline Ribeiro; PAIVA, Mariza de Souza. O Flautista de Hamelin: particularidades do direito brasileiro à proibição do hearsay testimony. *Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, Edição Especial CAOCRIM, p. 128-135, 2024).

Para responder a esse pleito, é necessário estabelecer algumas premissas sobre o **marco da concepção racionalista da prova** – que dá conteúdo e delimitação ao princípio da livre apreciação da prova – e o **raciocínio probatório no sistema de precedentes**.

Historicamente, o **sistema de livre apreciação** foi paulatinamente afirmado e consolidado em **contraposição ao sistema de prova legal** (ou tarifada).

No sistema de prova legal, a legislação preestabelece uma hierarquia rígida da eficácia dos meios de prova, ao definir o valor que cada uma delas deve

ter, de modo a levar às categorias da prova plena, quase-plena e semiplena. Trata-se de um modelo de prova formal, em que a apuração concreta dos fatos é substituída pela “consumação de um ritual probatório formal e simbólico que se considerava equivalente à demonstração efetiva dos fatos” (GASCÓN ABELLÁN, Marina. *Os fatos no direito: bases argumentativas da prova*. Tradução Ravi Peixoto. Revisão Vitor de Paula Ramos. Salvador: Juspodivm, 2022, p. 20).

O abandono das abstrações legais e dos apriorismos em matéria de valor probatório conduz a uma lenta e progressiva substituição do sistema de tarifação pelo princípio do livre convencimento, no qual, como regra, não há hierarquia prévia entre os meios de prova, tampouco valor predeterminado por lei para cada um deles. Passa, então, a ser responsabilidade do órgão julgador a atribuição de valor às provas do processo, de modo individual e conjunto, de acordo com seus atributos singulares em cada caso concreto.

No ordenamento jurídico processual penal brasileiro, o art. 155 do CPP densifica o comando geral contido no art. 93, IX, da CF, e positiva a adoção desse sistema ao consignar, em sua primeira parte, que “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial [...]”. Essa, aliás, já era a compreensão que se podia depreender da exposição dos motivos do Código de Processo Penal, na qual se indicava que “o projeto abandonou radicalmente o sistema chamado da certeza legal”.

Nesse novo modelo, a regra é a **admissibilidade de todas as provas relevantes (desde que lícitas) para o accertamento dos fatos**. Entender de modo diverso, creio, afrontaria os princípios e as normas gerais que regem a prova no processo penal.

Sob outra perspectiva, Michele Taruffo aponta que o princípio do livre convencimento tem **dois significados**. Em um **primeiro significado (negativo)**, considerado como antítese da prova legal, o princípio do livre convencimento implica que o juiz não está submetido a critérios predeterminados em lei para valorar a prova. Mas, em um **segundo significado (positivo)**, esse princípio leva a uma questão ambígua e incerta, **consistente em estabelecer quais critérios devem então ser empregados pelo juiz para valorar a prova, em substituição às abstrações legais**. Daí o seu alerta:

O perigo do arbítrio está presente toda vez que não se dê ao **livre convencimento uma definição positiva**, fundada sobre cânones **de correção racional na avaliação das provas**. Em outros termos, o juiz deve ser livre para avaliar discricionariamente a prova, mas **não pode ser livre para não observar as regras de uma metodologia racional na apuração dos fatos controversos**.

(Libero convencimento dei giudice. In: *Enciclopedia Giuridica Treccani*, v. XVIII. Roma: Treccani, 1990, p. 2, traduzi e destaquei)

Em razão disso, a fim de evitar a substituição do arbítrio legislativo pelo arbítrio judicial, **a liberdade de apreciação da prova deve ser preenchida por critérios racionais de apuração dos fatos**, porquanto a liberdade concedida ao juízo para promover a valoração das provas tem a estrita finalidade de viabilizar a racionalidade do juízo de fato. É dizer, **o órgão julgador não tem liberdade para a formação de convicções irracionais**.

O princípio da livre apreciação da prova deve ser então afirmado de modo concomitante à **concepção racionalista da prova**, que propugna, essencialmente e naquilo que ora é relevante, a **vinculação do juízo a critérios de racionalidade epistêmica geral** (ACCATINO, Daniela. Teoría de la prueba: ¿somos todos “racionalistas” ahora? *Revus [Online]*, v. 39, p. 85-102, 2019).

Nesse **modelo racionalista**, de **caráter objetivo**, a produção de provas no processo não se destina ao convencimento subjetivo do julgador (“captura psíquica”), mas sim a demonstrar a ocorrência dos fatos de maneira **objetiva e racionalmente controlável por todos**. Daí porque “será fundamental **analisar se uma prova é confiável objetivamente, uma vez que uma prova não será somente confiável ou não para determinado juiz, mas objetivamente, para o direito**” (RAMOS, Vitor Lia de Paula. *Prova testemunhal: do subjetivismo ao objetivismo, do isolamento científico ao diálogo com a psicologia e a epistemologia*. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universitat de Girona, Porto Alegre/Girona, 2018, p. 21).

É **dentro desse marco teórico**, portanto, que se pretende responder ao pleito de desafetação contido na nota técnica do CNPG, invocando como mote a seguinte indagação: “**em um modelo racionalista, precedentes judiciais são um meio adequado para a fixação de proposições prescritivas (teses) sobre o juízo**

de fato? Em caso afirmativo, sob que condições?” (WANDERLEY, Gisela Aguiar. O raciocínio probatório no sistema de precedentes: juízo de fato em teses? *In: GUEDES, Clarissa Diniz; MITIDIERO, Daniel; CARBONELL, Flávia et al* (org.). *Direito Probatório: estudos em homenagem ao professor Gustavo Badaró*. Londrina: Thoth, 2025. v. 4, p. 529-552).

A resposta, diz a citada autora, deve ser **positiva**, porque, “em um **modelo racionalista**, o juízo de fato não se ampara em elementos exclusivamente casuísticos, singulares e irrepetíveis a serem sempre reexaminados individualmente caso a caso, mas também em **elementos generalizáveis, aplicáveis a casos análogos e, portanto, passíveis de aplicação a casos com questões idênticas ou semelhantes**”. É dizer, “quando se admite que o juízo de fato deve ser racional (e não meramente persuasivo), deve-se reconhecer a possibilidade de que ele observe razões generalizáveis fixadas em precedentes [...]” (WANDERLEY, Gisela Aguiar. *op. cit.*, p. 535-537).

Assim, é preciso **reconhecer no sistema de precedentes uma estratégia de controle da racionalidade das decisões, inclusive sobre o juízo de fato**, razão pela qual “a formação de precedentes sobre o juízo de fato se alinha à função nomofilática e uniformizadora das cortes de vértice, pois viabiliza a uniformização do raciocínio probatório por juízes e tribunais em situações dotadas de similitude fática em relação ao caso-paradigma.” (WANDERLEY, Gisela Aguiar. *op. cit.* p. 550).

No tema em questão, conforme se passará a demonstrar doravante, **existem razões generalizáveis que justificam a formulação de tese jurídica sobre a matéria.**

Justificada a manutenção da afetação do tema ao rito dos repetitivos, cabe agora estabelecer algumas premissas iniciais sobre as quais se assentará a argumentação posterior sobre a matéria de fundo em discussão.

V. Controle de racionalidade das decisões do Tribunal do Júri e sistema da íntima convicção

Afirma Michele Taruffo que três são as condições para que uma decisão judicial possa ser considerada justa: a) acertada verificação sobre os **fatos** ocorridos; b) correta aplicação do **direito** às premissas fáticas estabelecidas e c) respeito às garantias do **devido processo legal** (Idee per una Teoria della Decisione Giusta. *Sui Confini*: Scritti sulla Giustizia Civile. Bologna: Il Mulino, 2002, p. 224-225).

A acurada reconstrução histórica dos fatos não é, portanto, o único nem o mais importante escopo do processo, mas é um dos **pressupostos necessários** para que se possa considerar adequada a prestação jurisdicional, dentro das balizas jurídicas estabelecidas pelo ordenamento.

Uma vez que a veracidade do juízo fático se faz essencial, também adquire fundamental relevância – a fim de evitar o arbítrio – a **possibilidade de exercer controle sobre tal juízo**; e a garantia da motivação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF) assume papel central como instrumento para permitir essa fiscalização, sobretudo porque **“a justificação do juízo de fato é, na motivação, não menos importante do que a justificação do juízo de direito”** (TARUFFO, Michele. Il significato costituzionale dell'obbligo di motivazione. In: *Participação e processo*, Coord. Ada P. Grinover *et al.* São Paulo: RT, 1988, p. 45).

Como bem ensina Antônio Magalhães Gomes Filho, a motivação exerce quer uma **função política**, quer uma **garantia processual**. Como função política, a motivação das decisões judiciais "transcende o âmbito próprio do processo" (*A motivação das decisões penais*. São Paulo: RT, 2001, p. 80), alcançando o próprio povo em nome do qual a decisão é tomada, o que a **legitima como ato típico de um regime democrático**. Como garantia processual, dirige-se à dinâmica interna ou à técnica do processo, assegurando às partes um **mecanismo formal de controle dos atos judiciais decisórios**, de modo a "atender a certas necessidades de racionalização e eficiência da atividade jurisdicional" (*op. cit.*, p. 95).

Presta-se, assim, a motivação das decisões jurisdicionais, a servir de **controle, da sociedade e das partes, sobre a atividade intelectual do julgador**, para que verifiquem se este, ao decidir, considerou todos os argumentos e as provas produzidas e se bem aplicou o direito ao caso concreto. Serve, ainda, para **“atuar preventivamente sobre o raciocínio probatório**: ciente que deve justificar a

decisão adotada sob parâmetros válidos, **o julgador é impelido a orientar a atividade valorativa por bases racionais**” (NARDELLI, Marcella Mascarenhas. Perspectivas para uma valoração racional da prova no juízo por jurados. In: Denis Sampaio. (Org.). *Manual do Tribunal do Júri: a reserva democrática da justiça brasileira*. Florianópolis: Emais, 2021, v. 1, p. 319-326).

Daí a ser chamada por Luigi Ferrajoli de garantia instrumental, garantia de segundo grau ou **garantia das garantias**, porquanto permite saber, pelo exame das razões indicadas na decisão, se os demais direitos e garantias do acusado (as garantias primárias) foram observados (*Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. Tradução coletiva. São Paulo: RT, 2002, p. 492).

É justamente na instituição mais democrática do sistema de justiça, porém, que se instala um **paradoxo aparentemente antidemocrático**: formado por representantes da sociedade civil das mais diversas origens, **o Tribunal do Júri** – no exame que incumbe aos jurados – **não motiva suas decisões**.

É necessário, contudo, a despeito disso, buscar conferir o **máximo de racionalidade** ao procedimento por meio dos mecanismos atualmente existentes, pois, **se, por um lado, a ausência de motivação dificulta o controle epistêmico das decisões do júri, por outro, não o inviabiliza por completo** (NARDELLI, Marcella Mascarenhas. A Garantia da Motivação das Decisões Judiciais à Luz do Direito ao Processo Justo e da Jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 15, p. 349-376, 2015).

Daí porque as diretrizes da concepção racionalista da prova, acima descritas, devem se aplicar, inclusive, aos julgamentos promovidos pelo Tribunal do Júri. Nenhum dos comandos positivados no art. 5º, XXXVIII, alíneas “a” a “d”, da Constituição Federal (plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida) é incompatível com o sistema de livre apreciação da prova, tampouco com a concepção racionalista da prova. Ao contrário, **todas essas garantias fundamentais devem ser interpretadas de modo a assegurar ao acusado a submissão a um julgamento racional, de cunho cognoscitivo, e não potestativo. A submissão ao Tribunal do Júri, como garantia fundamental, não deve ser**

interpretada de modo a levar a uma injustificada perda de direitos em relação aos demais acusados, submetidos ao julgamento por juízes togados.

Nessa linha, ao tratar do dever de fundamentação das decisões pelo Tribunal do Júri, a **Corte Europeia de Direitos Humanos, no caso Taxquet v. Bélgica (2010)**, afirmou que, embora a Convenção Europeia de Direitos Humanos não exija motivação para a decisão dos jurados, esta deve se compatibilizar com a garantia do devido processo legal (art. 6º). O direito ao processo justo, para a Corte Europeia, abarca o **direito de compreender o veredito proferido**, o que inclui o **direito de conhecer os fundamentos – ainda que implícitos – da decisão**.

Marcella Nardelli descortina que “a preocupação da Corte não era apenas em proporcionar ao público o conhecimento das razões da decisão, mas também em assegurar que a mesma tenha sido alcançada a partir de **raciocínios válidos sobre o conjunto probatório disponível**, a fim de evitar arbitrariedade” (*A Dimensão Epistêmica do Juízo por Jurados: perspectivas para a racionalização das decisões do júri a partir dos fundamentos da concepção racionalista da prova. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017, p. 477, grifei*).

Nessa ordem de ideias, **também o julgamento popular deve ser epistemicamente orientado**. E, tendo em vista que, pela atual regulamentação legal, os jurados não têm o dever de motivar os seus vereditos, é necessário, **em contrapartida, um juízo de admissibilidade criterioso da acusação na decisão de pronúncia**, matéria a ser enfrentada no tópico subsequente.

VI. Decisão de pronúncia

A Constituição Federal determinou ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e conferiu-lhe a soberania de seus vereditos.

Entretanto, a fim de reduzir o erro judiciário (art. 5º, LXXV, CF), seja para absolver, seja para condenar, exige-se uma prévia instrução, sob o crivo do contraditório e com a garantia da ampla defesa, perante o juiz togado, que encerra a

primeira etapa do procedimento previsto no Código de Processo Penal, com a finalidade de submeter a julgamento no Tribunal do Júri somente os casos em que se verifiquem a comprovação da materialidade e a existência de indícios suficientes de autoria, nos termos do art. 413, *caput* e § 1º, do CPP.

Assim, tem essa fase inicial do procedimento bifásico do Tribunal do Júri o objetivo de avaliar a suficiência ou não de razões para levar o acusado ao seu juízo natural. O juízo da acusação (*judicium accusationis*) funciona como um **importante filtro pelo qual devem passar somente as acusações fundadas, viáveis, plausíveis e idôneas** a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (*judicium causae*).

A pronúncia consubstancia, dessa forma, um **juízo de admissibilidade da acusação**, razão pela qual o Juiz precisa estar “**convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação**” (art. 413, *caput*, do CPP).

A leitura do referido dispositivo legal permite extrair **dois standards probatórios distintos**: um para a materialidade, outro para a autoria e a participação. Ao usar a expressão “**convencido da materialidade**”, o legislador impôs, nesse ponto, **a certeza de que o fato existiu**; já em relação à autoria e à participação, esse convencimento diz respeito apenas à presença de **indícios suficientes**, não à sua demonstração plena, exame que competirá somente aos jurados.

Segundo Jordi Ferrer-Beltrán, “o grau de exigência probatória dos **distintos standards** de prova para **distintas fases** do procedimento **deve seguir uma tendência ascendente**” (*Prueba sin convicción*: estándares de prueba y debido proceso. Madrid: Marcial Pons, 2021, p. 102, traduzi), isto é, **progressiva**.

Essa **tendência geral ascendente e progressiva** decorre, também, de uma importante **função política** dos *standards* probatórios, qual seja, a de **distribuir os riscos de erro entre as partes** (acusação e defesa), erros estes que podem ser tanto **falsos positivos** (considerar provada uma hipótese falsa, por exemplo: condenação de um inocente) quanto **falsos negativos** (considerar não

provada uma hipótese verdadeira, por exemplo: absolvição de um culpado) (FERRER-BELTRÁN, *op. cit.*, p. 115-137).

Deveras, quanto mais embrionária a etapa da persecução penal e menos invasiva, restritiva e severa a medida ou decisão a ser adotada, mais tolerável é o risco de um eventual falso positivo (atingir um inocente) e, portanto, é mais atribuível à defesa suportar o risco desse erro; **por outro lado, quanto mais se avança na persecução penal** e mais invasiva, restritiva e severa se torna a medida ou decisão a ser adotada, **menos tolerável é o risco de atingir um inocente e, portanto, é mais atribuível à acusação suportar o risco desse erro** (nesse sentido: PEIXOTO, Ravi. Os standards probatórios e a busca de maior objetividade na decisão sobre os fatos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 586-618, ago./ 2021. Quadrimestral).

É preciso, assim, levar em conta a gravidade do erro que pode decorrer de cada tipo de decisão; ser alvo da abertura de uma investigação é menos grave para o indivíduo do que ter uma denúncia recebida contra si, o que, por sua vez, é menos grave do que ser pronunciado e, por fim, do que ser condenado. **Como a pronúncia se situa na penúltima etapa (antes apenas da condenação) e se trata de medida consideravelmente danosa para o acusado – que será submetido a julgamento imotivado por jurados leigos –, o *standard* deve ser razoavelmente elevado e o risco de erro deve ser suportado mais pela acusação do que pela defesa, ainda que não se exija um juízo de total certeza para submeter o réu ao Tribunal do Júri.**

Mas qual é o *standard* probatório exigido para submeter o acusado a julgamento pelo júri quanto à autoria e à participação, ou seja, **qual o grau necessário de confirmação da hipótese acusatória representado pela expressão “indícios suficientes de autoria ou de participação”**, contida no art. 413, *caput* e § 1º, do CPP?

O termo “indícios”, no art. 413 do CPP, não é empregado na acepção de “prova indireta”, tal como definido no art. 239 do CPP, mas sim como “elementos persuasivos da autoria ou da participação (prova semiplena), da mesma forma empregada nos artigos 126 e 312, ambos do Código de Processo Penal” (AVELAR,

Daniel; FAUCZ, Rodrigo. **Manual do tribunal do júri**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2025, p. 284).

Faço lembrar, ademais, que **a lei não fala em quaisquer indícios de autoria**, mas sim em “indícios suficientes”, adjetivo que qualifica e reforça a exigência de demonstração, ainda que não cabal, da autoria ou da participação delitiva.

Assim, **para que a pronúncia cumpra** adequadamente sua importante **função de filtro contra possíveis condenações injustas**, deve ser aplicado um **standard de elevada probabilidade**, representado pelo que se convencionou chamar no direito norte-americano de *clear and convincing evidence*, pois “ao operar entre a mera probabilidade e a certeza, o *standard* da prova clara e convincente reclama a alta probabilidade para a sua verificação, **estando na linha intermediária entre a preponderância da prova e a prova além da dúvida razoável**” (FECURY, Rafael. *Pronúncia: valoração da prova e limites à motivação*. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, pp. 178-179, destaquei; no mesmo sentido, BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Da impronúncia e o *ne bis in idem*. In: Renato de Mello Jorge Silveira. (Org.). *Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho*. São Paulo: LiberArs, 2014, v. 1, p. 177-181).

Exige-se para a pronúncia, portanto, elevada probabilidade de que o réu seja autor ou partícipe do delito a ele imputado (adotando essa compreensão: REsp n. 2.091.647/DF, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 3/10/2023; AgRg no AREsp n. 2.584.325/MG, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, DJEN 3/7/2025). Tal *standard* situa-se **entre o da simples preponderância de provas incriminatórias sobre as absolutórias (mera probabilidade** ou hipótese acusatória mais provável que a defensiva) – típico do **recebimento da denúncia** – e o da **certeza** além de qualquer dúvida razoável (BARD ou outro *standard* que se tenha por equivalente) – necessário somente para a **condenação**.

Como já assentou a **Quinta Turma** no paradigmático **HC n. 560.552/RS**, anteriormente citado, **“O standard probatório relativo à pronúncia é mais alto que o de uma decisão qualquer (exceto condenação de *meritis*). [...] Por isso, a**

pronúncia, exigindo um padrão de prova mais elevado, dado que requer cognição mais aprofundada [...]”.

Estabelecidas essas premissas, cabe agora enfrentar a primeira das controvérsias afetadas a esta Terceira Seção: “definir **a**) se, nos termos do art. 155 do CPP, a pronúncia não pode se fundamentar exclusivamente em elementos colhidos durante o inquérito policial”.

VII. Impossibilidade, como regra, de pronúncia com base, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito policial – art. 155 do CPP

De acordo com o art. 155 do CPP, “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”.

Embora o art. 155 do CPP, ao usar a expressão “decisão judicial”, haja sido tradicionalmente interpretado como referente à sentença condenatória, **ele deve ser aplicado também à decisão de pronúncia, por três motivos.**

Primeiro, porque nem a redação nem a posição topográfica desse dispositivo no código o vinculam à sentença condenatória, de modo que não há óbice a que seja aplicado à decisão de pronúncia, em que as razões de incidência da norma são as mesmas.

Segundo, porque admitir a pronúncia com amparo somente em elementos informativos do inquérito acarretaria, por via oblíqua, legitimar também a potencial condenação sem provas judicializadas, uma vez que a decisão dos jurados não é motivada e não há obrigatoriedade de que novas provas sejam produzidas diante do Conselho de Sentença.

Terceiro, porque, se não se exigir um *plus* na primeira fase do procedimento do júri, em termos de conteúdo probatório, não teria sentido ocupar todo o aparato judicial para simplesmente confirmar o que já se colhera,

inquisitorialmente, na fase pré-processual da persecução penal. Isso significaria desprezar a natureza escalonada do procedimento bifásico dos crimes dolosos contra a vida e equiparar o *standard* probatório do recebimento da denúncia com o da pronúncia, desconsiderando completamente a fase instrutória imposta pelo legislador antes de submeter o acusado ao Conselho de Sentença.

Como bem ponderou o eminente relator, Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, “entender de modo diverso implica conferir maior juridicidade a atos investigativos de cunho administrativo e desprovidos das garantias do devido processo legal, em detrimento do processo penal, no qual vigoram princípios democráticos e garantias fundamentais”.

E foi justamente esse raciocínio que norteou a mudança de interpretação do art. 155 do CPP na fase de pronúncia para obstar a sua prolação com base apenas em elementos de informação do inquérito, sob pena de se **“inverter a ordem de relevância das fases da persecução penal, conferindo maior juridicidade a um procedimento administrativo realizado sem as garantias do devido processo legal em detrimento do processo penal, o qual é regido por princípios democráticos e por garantias fundamentais”** (HC n. 560.552/RS, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 26/2/2021).

O próprio CNPG, aliás, endossa essa compressão em sua nota técnica, ao afirmar (destaquei):

É certo que não pode haver condenação com base, apenas, em elementos de informação (e não provas). Além disso, **ainda que o standard probatório da pronúncia seja inferior ao exigido para condenação**, pode-se afirmar que, **também para a pronúncia**, é legítimo exigir a presença de provas, de modo que **simples elementos de informação, isoladamente considerados, são insuficientes para pronúncia**. Entender de forma diversa seria o mesmo que transformar a primeira fase do rito escalonado do Júri em uma burocracia dispensável.

Assentada, portanto, **a aplicação do art. 155 do CPP também à decisão de pronúncia**, cabe agora esmiuçar a interpretação do referido dispositivo, a fim de definir com maior clareza os seus exatos contornos.

Conforme ensina Gustavo Badaró, com respaldo em Taruffo, “a regra segundo a qual a prova deve se formar em contraditório vale somente no processo, ou seja, para as provas constituídas, que propriamente são criadas no processo; já para as outras provas, isto é, as pré-constituídas, o importante é que seja garantido o contraditório, não para a formação da prova, mas para a sua valoração. Neste caso, basta que as provas pré-constituídas sejam submetidas ao contraditório, antes da decisão judicial” (A utilização da *hearsay witness* na Corte Penal Internacional: estudo sobre sua admissibilidade e valoração. *Zeitschrift für Internationale Strafrechtsdogmatik – ZIS*, n. 4, p. 177-188, 2014, p. 180).

É dizer, não é toda prova que necessita ser produzida em contraditório judicial. Um documento juntado aos autos na fase de investigação, por exemplo, ainda que eventualmente não se enquadre como prova cautelar, antecipada ou irrepetível, é prova pré-constituída e basta que seja posteriormente submetido ao contraditório. **Já uma prova testemunhal, a seu turno, por se tratar de prova constituída, deve ser verdadeiramente formada em contraditório.**

VII. a) Exceções à impossibilidade de a pronúncia se apoiar apenas em elementos do inquérito policial – provas cautelares, antecipadas e não repetíveis

Conforme se adiantou acima, o art. 155 do CPP estabelece três situações excepcionais nas quais certos elementos produzidos no inquérito podem, por si sós, servir de amparo à decisão judicial: **i) provas cautelares; ii) provas antecipadas e iii) provas não repetíveis.**

Segundo a doutrina especializada, “*provas cautelares (stricto sensu)* e *provas antecipadas* são espécies do mesmo gênero (provas cautelares *lato sensu*). Pertencem ao mesmo gênero porque visam (mesmo que de maneiras diferentes) resguardar provas que não poderiam ser obtidas na audiência de julgamento. Todavia, referem-se a situações distintas: as **provas antecipadas servem à obtenção de elementos de prova**, enquanto as **provas cautelares (stricto sensu) à obtenção de fontes de prova**”. (BRENTTEL, Camilla. *As provas não repetíveis no*

processo penal brasileiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 44).

Em ambas as espécies há urgência, mas, nas **provas cautelares em sentido estrito**, o **contraditório não é concomitante à sua produção; é diferido**, como ocorre, por exemplo, em medidas de **busca e apreensão e de interceptação telefônica**, nas quais a ciência prévia da defesa poderia até mesmo comprometer a sua eficácia. Resguarda-se, então, a fonte da prova para, depois, ser submetida ao contraditório.

Já nas **provas antecipadas**, o **contraditório é presente e, como o nome indica, antecipado em relação ao momento em que naturalmente ocorreria no curso do processo**. É dizer, “a produção antecipada da prova refere-se à utilização de certos meios de produção de prova em momento anterior à audiência de julgamento. Sua finalidade é a de resguardar elementos de prova que poderiam perder-se, caso não fossem extraídos da fonte de prova (pessoa ou objeto), cuja alteração ou extinção seja previsível” (BRENTTEL, Camilla, *op cit.*, p. 44). É o caso, por exemplo, da oitiva judicial de testemunha que corre risco de falecer (art. 225 do CPP).

Mais delicado e complexo é o conceito de **prova não repetível**.

Trata-se de **categoria que diz respeito à fonte de prova** (objeto ou pessoa) da qual se pretendam extrair elementos de prova. Como ensina Camilla Brentel, “desde a obtenção de um elemento informativo, na etapa do inquérito, até a audiência de julgamento, a fonte de prova da qual ele emanou pode: (i) conservar-se, sendo, portanto, repetível; ou (ii) extinguir-se ou alterar-se (a ponto de tornar-se imprestável aos fins do processo), sendo, portanto, irrepetível” (*op. cit.*, p. 53-54).

Segundo essas premissas, **repetível é a fonte que se mantém íntegra até a fase instrutória do processo**, como é o caso da testemunha (fonte de prova) cujo depoimento é colhido no inquérito policial (elemento informativo) e, em juízo, comparece e depõe (prova testemunhal). *A contrario sensu*, **irrepetível é a fonte de prova que não se conserva íntegra até a fase instrutória do processo**.

Essa irrepetibilidade pode ser **natural** ou **superveniente**.

A **irrepetibilidade natural** está associada à **transitoriedade da fonte de prova ou das circunstâncias que a rodeiam**.

A **transitoriedade da própria fonte de prova** ensejará a produção antecipada da prova, a fim de extrair o elemento de prova sob contraditório real antes que a fonte se perca, como na hipótese da testemunha que está hospitalizada, com risco de morte. A **transitoriedade das circunstâncias**, por sua vez, ensejará a produção de uma prova cautelar em sentido estrito, porquanto, embora a fonte seja, em tese, durável, ela se cerca de circunstâncias que podem atingir sua integridade. Menciona-se, ilustrativamente, o caso de uma medida de busca e apreensão de celular no qual se suspeita haver conteúdo ilícito: embora o celular e os seus dados possam se conservar íntegros até a audiência se não manipulados, é possível que o suspeito os apague se tiver conhecimento da iminência da medida. Daí a necessidade de resguardar a fonte de prova e submetê-la a contraditório diferido.

A **prova não repetível** de que cuida a parte final do art. 155 do CPP, a rigor, diz respeito apenas à **irrepetibilidade superveniente**, que retrata a hipótese da “fonte da prova, a princípio repetível, que se modifica ou extingue antes do processo criminal tomar vida, por **circunstância imprevisível**, ou seja, impossível de se antever ao tempo da produção da prova na fase inquisitiva da persecução penal” (BRENTTEL, Camilla. *op. cit.* p. 56).

Trata-se, portanto, de prova cuja irrepetibilidade decorre de **fato posterior e imprevisível**, imprevisibilidade essa que inviabiliza a sua produção antecipada sob contraditório real (prova antecipada).

VII. b) A controversa exceção das provas não repetíveis – necessidade de comprovação adequada da irrepetibilidade

A expressão “**prova não repetível**”, empregada pelo art. 155 do CPP, leva parcela da doutrina a compreender que o dispositivo não se aplicaria à hipótese de irrepetibilidade de declaração prestada no inquérito policial, uma vez que, não tendo sido produzida em contraditório judicial, não teria a natureza de “prova testemunhal”, mas sim de mero elemento informativo (SOUZA, João Fiorillo de. *'Prova' oral irrepetível e sua utilização na decisão judicial: em busca de contornos*

ao artigo 155 do CPP. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-jan-10/prova-oral-irrepetivel-e-sua-utilizacao-na-decisao-judicial-em-busca-de-contornos-ao-artigo-155-caput-do-cpp/>. Acesso em jan./2026).

Respeitada a compreensão desse segmento doutrinário, deve-se lembrar que a ideia de **irrepetibilidade** de que trata o art. 155 do CPP diz respeito à preservação da **fonte de prova** (testemunha), de modo que **não há incompatibilidade na aplicação dessa exceção às “provas” de natureza oral**. Ademais, a própria regra do art. 155 do CPP, conforme se esclareceu anteriormente, só é aplicável justamente às provas constituídas, porque são apenas essas que precisam se formar em contraditório.

Nas palavras de Gustavo Badaró, há “exceções em que se admite uma relativização do contraditório. **A mais comum delas é a admissão da valoração de declarações prévias não realizadas em contraditório, no caso de fonte de prova irrepetível**. Trata-se de hipótese de contraditório impossível, em razão de causas que incidem externamente sobre a fonte de prova, impedindo sua aquisição processual em contraditório. A impossibilidade pode decorrer de causa natural (p. ex.: a morte da testemunha) ou de um comportamento ilícito do acusado ou de terceiro (p. ex.: violência, ameaça, suborno ou mesmo assassinato do depoente)” (*op. cit.*, 2014, p. 180).

Exemplos tradicionais dessa categoria, como sugere o autor, são a **morte** do depoente, **enfermidade** ou mesmo o seu **desaparecimento** ou **grave intimidação**.

Enquanto as primeiras situações (morte e enfermidade) não costumam gerar grandes controvérsias, **as últimas (desaparecimento e intimidação) têm o potencial de causar maior polêmica na sua interpretação, razão pela qual merecem maior cuidado**. Deveras, se, por um lado, a prova da morte ou de doença que impossibilitou o depoimento não demanda maior complexidade além de uma certidão de óbito ou laudo médico, por outro, **a comprovação do desaparecimento ou da intimidação do depoente é sujeita a diversas nuances**, as quais frequentemente são objeto de questionamento neste Superior Tribunal.

Destaco, a propósito, ser **frequente a alegação** de irrepetibilidade de depoimento prestado na fase do inquérito sob os argumentos de que o **depoente não foi localizado, desapareceu por medo ou está sofrendo ameaças**.

Embora, ao menos em tese, essas hipóteses possam configurar situação de prova irrepetível, **a demonstração da sua configuração deve ser vista com extrema cautela**. Isso porque, uma vez admitida a incidência de tal exceção, permite-se, também, a pronúncia e a condenação do acusado sem que a defesa tenha tido a oportunidade de participar da colheita do depoimento extrajudicial e de exercer o contraditório real sobre ele.

É pertinente frisar, aqui, que **a prova irrepetível é, na verdade, a única verdadeira exceção à regra geral do art. 155 do CPP**. Com efeito, uma vez que as provas antecipadas são produzidas sob contraditório real e as provas cautelares são provas pré-constituídas sujeitas a contraditório diferido, essas exceções, na verdade, apenas confirmam a regra de impossibilidade de condenação com base exclusivamente em elementos informativos do inquérito, já que de elementos informativos propriamente não se trata. Portanto, **as provas que não podem ser repetidas em juízo são as únicas que configuram meros elementos de informação excepcionalmente autorizados por lei a embasar, por si sós, a condenação**.

Justamente por esse motivo, há autores que sustentam a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual seria possível a condenação com base apenas em depoimento colhido no inquérito policial caso ele se torne irrepetível. Andrey Borges de Mendonça argumenta, nessa linha, que:

O simples fato de uma prova ter sido produzida no inquérito policial e ter se tornado impossível a sua repetição em juízo (prova produzida no inquérito + ser irrepetível) não pode justificar, a nosso ver, uma exceção ao princípio do contraditório. Suponhamos o exemplo de uma única testemunha presencial de um latrocínio que foi ouvida durante o inquérito, mas que falece antes do início da instrução processual. Neste caso, entendemos que o juiz não poderá considerar isoladamente esta prova para fins de condenação, pois o contraditório não estaria sendo observado, seja no momento da produção da prova (contraditório real), seja posteriormente (contraditório diferido). Como contraditar esta testemunha, como fazer

perguntas, como verificar se não foi pressionada para que assinasse seu termo de depoimento? [...]

(Os Elementos Produzidos Durante o Inquérito e as Provas Antecipadas, Cautelares e Irrepetíveis, segundo a Reforma do CPP. *In: Revista da ESMP*, ano 1, n. 1, v. 2, julho/dezembro 2008. p. 86-87; em similar direção, Vicente Greco Filho. Manual de Processo Penal, 8 ed., São Paulo: Saraiva, 2010, p. 204-205).

A despeito das respeitáveis críticas doutrinárias, **fato é que se consolidou neste Superior Tribunal a prevalência da interpretação literal do art. 155, caput, do CPP, segundo a qual é possível a condenação – e, por consequência, a pronúncia – com base exclusivamente em prova não repetível** (por todos: AgRg no AREsp n. 2.965.822/AL, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJEN 18/12/2025; AgRg no HC n. 993.060/DF, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, 6ª T.; DJEN 1/9/2025).

Todavia, se admitida, por um lado, a possibilidade de pronunciar e condenar alguém com base apenas em prova irrepetível, sem contraditório efetivo, então, por outro lado, **a interpretação dessas hipóteses de irrepetibilidade deve ser bastante estrita e excepcional**, uma vez que, por lição basilar de direito constitucional, restrições a direitos fundamentais se interpretam de forma restritiva.

VII. c) Necessidade de se esgotarem todos os meios para a localização da pessoa a ser ouvida

A começar pela hipótese de **desaparecimento ou não localização da pessoa** para prestar depoimento em juízo, não me parece suficiente, para considerar caracterizada a irrepetibilidade, a singela tentativa de intimação nos endereços conhecidos do indivíduo e a informação de que ali não foi localizado.

Conforme Camilla Brentel extrai do direito italiano, a **irrepetibilidade** pode ser declarada “somente quando tiver havido uma investigação, conduzida com rigor, com a finalidade de localizar a pessoa desaparecida. Deve-se possibilitar a **utilização de todos os meios investigativos legalmente autorizados para encontrar-se a pessoa desaparecida**, como buscas e inspeções” [...], isto é, “a objetiva impossibilidade de repetição deve ser aferida num plano mais profundo,

não pela simples verificação protocolar e rotineira de que houve uma citação regular da testemunha ausente. Trata-se da **obrigação do juiz de fazer tudo quanto for possível para garantir a repetição das declarações**” (*op. cit.*, p. 88-89).

É dizer, **devem ter sido esgotados todos os meios razoavelmente disponíveis às partes e ao Estado para a localização da pessoa cujo depoimento se pretende colher em juízo**. Só nessa hipótese é que, **excepcionalmente**, se poderá relativizar a garantia fundamental do contraditório e admitir a suficiência da declaração extrajudicial para a pronúncia e a condenação.

Não por outro motivo, a autora sustenta que “a hipótese em que a prova não pode ser repetida em razão do desaparecimento [...] inesperado do depoente relaciona-se à **ausência juridicamente reconhecida, de vítima ou testemunha, como aquela discriminada no artigo 22 do Código Civil brasileiro**” (BRENTTEL, Camilla. *op. cit.* p. 88).

Na Itália, aliás, “a avaliação da impossibilidade de caráter objetivo é **questão incidental do processo criminal**. Deste modo, as partes, em contraditório, podem produzir provas perante o juiz, a fim de comprovarem a existência ou inexistência dos pressupostos (impostergabilidade da prova irrepetível natural, e imprevisibilidade da prova irrepetível superveniente), necessários à configuração da ressalva constitucional ao contraditório” (BRENTTEL, Camilla. *op. cit.* p. 71).

Paolo Tonini, a propósito, ressalta que “**a impossibilidade de natureza objetiva não deve emergir, pela primeira vez, da motivação da sentença, mas deve ser objeto de prova e de discussão entre as partes**. Sobre essa questão incidental, deve existir uma respectiva decisão do juiz” (*A prova no processo penal italiano*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002, p. 214).

VII. d) Necessidade de demonstração concreta da intimidação ou do temor de retaliação

Pelas mesmas razões acima expostas, **o reconhecimento de que o depoente deixou de prestar depoimento ou mudou de versão em juízo em**

virtude de algum tipo de intimidação ou temor de retaliação também não pode se basear em meras presunções e ilações decorrentes da natureza ou das circunstâncias do crime.

Não ignoro, naturalmente, a **ascensão do crime organizado** na complexa realidade brasileira e a possibilidade de haver temor (medo mesmo) em prestar depoimento em determinados contextos. Entretanto, **esse temor não pode ser simplesmente presumido em abstrato** e considerado **suficiente para dispensar a oitiva judicial** do depoente, **sob pena de abrir-se uma via fácil e cômoda para a condenação (ou pronúncia)**, ou para, de modo outro, e com a justificativa presumida de inexigibilidade de conduta diversa da testemunha, absolver (ou impronunciar) o acusado.

Vale lembrar, a propósito, que **o sistema já dispõe de vários mecanismos destinados a contornar essas situações**, como, por exemplo: **i)** a criminalização da conduta de “coação no curso do processo” (art. 344 do CP); **ii)** a possibilidade de decretação da prisão preventiva para resguardar a instrução criminal (art. 312 do CPP); **iii)** a proteção da identidade da testemunha (testemunha sigilosa); **iv)** a possibilidade de depor sem a presença do acusado (art. 217 do CPP); **v)** a inserção em programas de proteção de vítimas e testemunhas (Lei n. 9.807/1999), entre outros.

Ademais, se desde o início da investigação for constatado um risco previsível de que, pelas circunstâncias do crime, as testemunhas poderão desaparecer ou ser intimidadas até a fase instrutória do processo, bastará que, **em vez de simplesmente colher as declarações extrajudicialmente, a acusação requeira desde logo a produção antecipada da prova, sob contraditório real e com participação da defesa.**

É bem verdade que esses mecanismos não são tão simples de serem executados e nem sempre se mostram suficientes e convenientes para proteger quem se arrisca a prestar depoimento. Nem por isso, contudo, é possível desconsiderar as garantias fundamentais do direito ao contraditório e à ampla defesa e admitir pronúncias e condenações levianas, sem demonstração concreta do fundado temor do depoente.

Na ausência dessa demonstração concreta, não é possível dispensar a oitiva judicial do declarante, muito menos priorizar a versão extrajudicial e desprezar o teor da nova versão apresentada pelo depoente em juízo, como se fosse fruto de temor automaticamente presumido.

Afinal, assim como é possível que uma testemunha diga a verdade no inquérito e falte com a verdade em juízo em virtude de algum temor, também é **plenamente possível a situação inversa, em que a versão extrajudicial seja falsa** – decorrente, por exemplo, de pressão policial – **e a versão judicial, prestada em ambiente solene e na frente do magistrado, seja verdadeira.**

Embora não desconheça que relatos prestados em data mais próxima dos fatos tendam a estar menos sujeitos a contaminações temporais e outras falhas da memória, **é inegável que, entre a versão extrajudicial e a judicial, a lei e a Constituição claramente privilegiam a segunda, colhida no âmbito do devido processo legal, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa,** notadamente quando a versão pré-processual se mostrar mais desfavorável ao acusado, oportunidade em que também deverá ser levado em consideração o postulado do *favor rei*.

É oportuno lembrar, aqui, **a fragilidade da investigação policial apoiada apenas em depoimentos testemunhais**, os quais, além de estarem sujeitos **a imensas fragilidades epistêmicas, ainda são facilmente suscetíveis a mudanças de rumo.** Daí a necessidade de as investigações **empregarem também outros meios probatórios** que, independentemente de depoimentos ou de confissões voláteis, possam dar maior robustez à versão acusatória.

VIII. Impossibilidade de pronúncia com base apenas em testemunhos indiretos ou “de ouvir dizer”

Delineados os contornos da primeira controvérsia submetida ao rito dos recursos repetitivos nestes autos, cabe agora definir “**b**) se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia”.

O primeiro passo para cumprir esse objetivo é fazer alguns esclarecimentos terminológicos e conceituais pertinentes, os quais nem sempre são acurados nos debates sobre o tema, tanto na doutrina quanto na jurisprudência.

VIII. a) Esclarecimentos terminológicos e conceituais preliminares – prova direta, prova indireta, testemunho indireto, testemunho de ouvir dizer, testemunha presencial, testemunha não presencial e *hearsay*

Tão tradicional quanto controversa é a distinção entre **prova direta e indireta** no direito processual, a qual pode se basear em diversos critérios (GASCÓN ABELLÁN, Marina. *op. cit.*, p. 136-143).

O mais conhecido e tradicional deles, que remonta ao pensamento de Bentham, estabelece que a "**prova indireta, indiciária, lógica ou por presunção** diz respeito a um procedimento racional ou lógico em que a partir de um facto provado (o indício) se retira a existência de um outro facto essencial ao objeto do processo. Esse juízo fundamenta-se em regras de normalidade ou regularidade como as regras da experiência ou as leis científicas" (SOUSA, Susana Aires de. Prova indireta e dever acrescido de fundamentação da sentença penal. In: MOUTINHO, José Lobo *et al.* (coord.). *Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020. v. 4, p. 2753-2775).

A noção de “**testemunho indireto**” ou de “**depoimento indireto**”, por sua vez, embora correlata, **não guarda exata identidade com a de prova indireta**.

Testemunha indireta – usualmente chamada também de “testemunha de ouvir dizer” ou *de auditu* –, segundo a definição da doutrina especializada, “é aquela que não percebe pessoalmente os fatos relevantes ao julgamento. **Ela apenas toma conhecimento deles por meio de outra pessoa**, que teria, por sua vez, percebido diretamente os fatos e relatado àquela. É, desse modo, uma **testemunha de segundo grau, ou de segunda mão, ou, inclusive, de terceiro grau, a depender da quantidade de pessoas interpostas entre ela e a testemunha direta dos fatos** (KAGUEIAMA, Paula Thieme. *Falibilidade da prova testemunhal no processo penal: um estudo sobre falsas memórias e mentiras*.

2020. 274 f. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020, p. 37-38).

Nas sintéticas palavras de Décio Alonso Gomes, “a **testemunha indireta ou de ouvir dizer** é aquela que toma conhecimento do tema da prova através de outra pessoa [...]” (A prova testemunhal sob a ótica da imediação processual penal. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 78, p. 90-106, jan./abr. 2017).

Assim, **nem toda prova indireta será um testemunho indireto, embora todo testemunho indireto possa configurar prova indireta** em pelo menos alguma das diversas acepções desse conceito.

É preciso esclarecer, ainda, que a distinção entre testemunha direta e indireta não guarda exata identidade com as noções de **testemunha presencial ou não presencial do crime**. Se, por um lado, toda testemunha presencial – aquela que **presenciou o fato criminoso** – pode ser considerada uma testemunha direta, o inverso não é verdadeiro; isto é, **nem toda testemunha não presencial pode ser considerada testemunha indireta** de acordo com o conceito acima estabelecido.

Basta pensar na hipótese em que alguém deponha sobre algo que efetivamente viu acontecer, mas que não seja exatamente o fato criminoso em discussão, e sim algum acontecimento lateral e correlato que possa corroborar a existência do crime (por exemplo, uma ameaça prévia). Nesse caso, haverá uma **prova indireta de natureza testemunhal não presencial do homicídio, mas não se tratará de testemunho indireto**, porque a informação prestada pelo depoente não foi recebida de segunda mão.

Prosseguindo nos esclarecimentos terminológicos, o **testemunho indireto ou de ouvir dizer** poderá se referir a uma **fonte identificada ou não**. Em ambos os casos, o testemunho será indireto/de ouvir dizer, mas, no primeiro, a fonte original do relato será devidamente identificada pelo depoente, ao passo que, no segundo, a origem da informação permanecerá incerta, como ocorre na corriqueira reprodução de boatos e vozes públicas. Ou seja, **a diferença nuclear é que, na primeira hipótese, o depoente indica exatamente de quem foi que ouviu dizer aquele relato; na segunda, não.**

Daniel Avelar e Valdir Marinho, em artigo sobre o tema, sugerem uma distinção entre esses **dois tipos de testemunho indireto**:

Testemunho Indireto Frívolo (Hearsay Estrito Senso): relatos baseados em rumores, conjecturas ou boatos comunitários; depoimentos de testemunhas sem credibilidade presumida, que apenas reproduzem informações obtidas de terceiros não identificados; declarações genéricas e desprovidas de lastro probatório independente.

Testemunho Indireto Qualificado: depoimentos prestados por agentes de investigação que conduziram diligências estruturadas; informações corroboradas por provas materiais, como laudos periciais, interceptações telefônicas e registros audiovisuais; testemunhos que sintetizam evidências concretas, organizando-as em uma narrativa investigativa fundamentada.

(A prova testemunhal indireta e sua valoração na pronúncia: uma proposta de distinção epistêmica e funcional. *Consultor Jurídico*, 5 abr. 2025. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-abr-05/a-prova-testemunhal-indireta-e-sua-valoracao-na-pronuncia-uma-proposta-de-distincao-epistemica-e-funcional/>. Acesso em: jan/2026).

É também sob a alcunha de **testemunho indireto, depoimento indireto ou de ouvir dizer** que esse tema é objeto de disciplina em outros ordenamentos jurídicos de tradição romano-germânica, como Portugal, Espanha, Itália e Alemanha (a propósito: FREIRIA; Marcelo Turbay; FREIRIA, Thiago Turbay. A proibição da pronúncia com base no *hearsay testimony* e a vanguardista jurisprudência do STJ *In*: BORGES, Ademar; SICILIANO, Benedito; VERANO, Cristiano. (Org.). *Homenagem ao Ministro Rogerio Schietti – 10 anos de STJ*. Ribeirão Preto: Migalhas, 2023, p. 554-570).

Tatiana Badaró esclarece, a propósito, que, na Alemanha, emprega-se o termo *hörensagen* para designar “um depoimento oral que apresenta informações de ‘segunda mão’, isto é, uma testemunha que descreve aquilo que outra pessoa, que pode ou não ser a testemunha direta, lhe contou (literalmente, testemunha de ‘ouvir dizer’)” (“Ouvir dizer” (Hearsay) e o Tribunal do Júri: reflexões sobre a admissibilidade e o valor probatório do depoimento indireto por ocasião da sua discussão no Superior Tribunal de Justiça. *Revista do Instituto de Ciências Penais*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 126-158).

Mais complexo, por fim, é o conceito de *hearsay*, cuja mera **tradução literal como “ouvir dizer” não representa de forma fidedigna a amplitude e a complexidade de significado que a expressão assume no direito anglo-americano.**

Hearsay, de acordo com a dicção literal da regra 801, "c", das *Federal Rules of Evidence* dos EUA, “significa uma declaração que: (1) o declarante não faz enquanto testemunha no julgamento ou audiência atual; e (2) uma parte oferece como prova da verdade do conteúdo da declaração”. Nesse conceito, de acordo com o art. 801, "a", do mesmo diploma legal, “declaração” pode ser “uma afirmação oral, uma afirmação escrita ou uma conduta não verbal de uma pessoa, se a pessoa a pretendeu como uma afirmação”, ao passo que “declarante”, segundo o art. 801, "b", é “a pessoa que fez a declaração”.

Portanto, **o conceito de *hearsay evidence* não diz respeito unicamente a testemunhos (*hearsay testimony*), mas sim a qualquer declaração feita extrajudicialmente (“out of court”), que pode ser oral, escrita ou conduta não verbal, e que, além disso, também seja oferecida como prova da verdade do teor da declaração, independentemente de haver sido ou não identificada a fonte original da informação** (nesse sentido: CASTRO, Ana Lara Camargo de. *Hearsay tropicalizado – a dita prova por ouvir dizer. Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região*, v. 6, p. 241-256, 2017).

Apenas **para ilustrar o conceito**, pela definição legal de *hearsay* no **sistema anglo-americano**, por exemplo, se alguém anota em um papel a placa do carro usado em um roubo que acabou de presenciar e essa anotação for depois apresentada nos autos como prova da verdade do seu conteúdo, mas não for ouvida em juízo a pessoa que a registrou, ela será considerada *hearsay evidence*. Entretanto, se essa mesma anotação for apresentada não como prova da verdade do seu conteúdo, mas apenas como prova da existência formal da anotação, então ela já não será mais considerada *hearsay* (Tatiana Badaró – *op. cit.* p. 135-136 – fornece um exemplo análogo extraído do caso *Myers v. DPP* (1965) A.C. 1001, em que cartões nos quais os funcionários de uma fábrica de automóveis registraram o número de chassi de cada motor foram considerados *hearsay* na Inglaterra, porque tais funcionários não foram ouvidos como testemunhas durante o julgamento).

E é exatamente por essa amplitude do conceito que, no contexto anglo-americano, há quem argumente que, em alguns casos, a *hearsay evidence* será até mesmo mais confiável do que a declaração prestada em julgamento. Nos casos acima descritos, por exemplo, é fácil constatar que as anotações escritas feitas no momento dos fatos serão muito mais confiáveis no julgamento quanto ao seu teor do que a memória da pessoa que as registrou.

Neste ponto, **peço a máxima vênia para divergir do eminente relator** quanto à afirmação constante no voto de Sua Excelência de que “não se considera *hearsay testimony* o depoimento que apresente a precisa indicação da fonte, ainda que a testemunha não tenha, ela mesma, presenciado o fato”. **Reconheço, a propósito, que eu mesmo já posso eventualmente ter me posicionado em tal direção em outras decisões sobre o tema**, mas, depois de estudar o assunto de maneira mais detida, penso ser o caso de abandonarmos essa equivocada distinção, assim como o emprego inexato da terminologia estrangeira, em nome da melhor técnica jurídica.

Tão complexa, no direito anglo-americano, quanto a própria regra (*hearsay rule*) são as **situações excluídas** (*exclusions* ou *non-hearsay*) – aquelas que, tecnicamente, não são consideradas *hearsay* por não preencherem os requisitos da definição lógica ou por exclusão legal expressa – e as **exceções** (*exceptions*) – declarações que são *hearsay* (preenchem a definição), mas são admitidas no processo.

Não por outra razão, Michael Fenner ironiza a suposta vedação geral à *hearsay evidence* naquele sistema afirmando que, na verdade:

1. Tudo é *nonhearsay*.
2. Tudo é *hearsay*.
3. Tudo se encaixa em alguma exceção à *hearsay rule*.
4. Grandes advogados conseguem convencer juízes medianos de quase qualquer coisa, e até juízes medianos podem ignorar os melhores argumentos de grandes advogados.
5. Esses pontos devem ser vencidos no julgamento (*trial*) porque os tribunais de apelação confirmam as decisões.
6. Quando o assunto é abuso infantil, nenhuma das regras (tais como são) se aplica.
7. Nada do que foi dito acima importa muito, porque as chances são de que o entendimento será equivocado de qualquer maneira.

8. É sempre admissível e, mesmo quando não for, você pode contornar a *hearsay rule* contratando um assistente técnico (*expert witness*) e fazendo com que ele formule uma opinião que será admissível.

(Law Professor Reveals Shocking Truth About Hearsay. *University of Missouri - Kansas City Law Review*, [s. l.], v. 62, n. 1, 1993)

Trata-se de **conceito, portanto, que, embora correlato, não se confunde exatamente com as noções de prova indireta nem de testemunho indireto ou de ouvir dizer**, seja ou não identificada a fonte original da informação prestada pelo depoente. Assim, **o termo *hearsay* não deve ser usado como sinônimo de testemunho indireto ou de ouvir dizer** (nesse sentido: SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano. Lost in translation: o hearsay segundo o Superior Tribunal de Justiça. 2024. Disponível em: <https://temasjuridicospdf.com/lost-intranslation-o-hearsay-segundo-o-superior-tribunal-de-justica/>. Acesso em: jan./2026).

Justamente por isso, não serão aqui expostas as minúcias práticas da *hearsay rule* e de suas numerosas exceções e exclusões – **as quais não devem ser incorporadas ao direito brasileiro** –, uma vez que estão ínsitas à lógica que aquela regra assumiu nas peculiares características do sistema anglo-americano.

Para as finalidades deste julgamento, convém apenas tecer breves considerações sobre algumas explicações e fundamentos para as origens do *hearsay* na *common law* e do testemunho indireto nos sistemas de *civil law*.

VIII. b) Origens e fundamentos das regras contra o *hearsay* e o testemunho indireto nos sistemas de *common law* e *civil law* – entre a exclusão e a valoração da prova

As explicações sobre as origens da *hearsay rule* no direito anglo-americano não são uníssonas, mas assumem alguns contornos comuns.

Segundo Christopher Sewrattan, há **seis principais teorias** sobre o desenvolvimento da *hearsay rule* entre os séculos XVII e XVIII no direito anglo-saxão (Lost in Translation? The Difference Between the Hearsay Rule's Historical

Rationale and Practical Application. *Manitoba Law Journal*, v. 42, n. 4, p. 88-133, 2019).

Explicar cada uma dessas vertentes e seus respectivos detalhes históricos extrapolaria o escopo do presente voto, mas, para as finalidades aqui pretendidas, convém apenas frisar que, embora distintas, **essas teorias não são excludentes nem inconciliáveis entre si**. Em conjunto, elas revelam que a *hearsay rule* “consolidou-se com uma fundamentação histórica baseada em **três aspectos**: a **preocupação com a ‘confiabilidade inerente’ da *hearsay evidence***, a **preocupação com a ‘confiabilidade procedimental’ na admissão da prova** e a **justiça/lealdade (*fairness*) no processo adversarial**” (SEWRATTAN, Christopher, *op. cit.* p. 129).

Além desses três aspectos, Sewrattan identifica **cinco fatores** que deram origem à *hearsay rule* e sustentam a sua lógica subjacente: **i)** os “perigos do *hearsay*” (a incapacidade do tribunal de testar a sinceridade, o uso da linguagem, a memória e a percepção do declarante sobre a declaração em questão); **ii)** a impossibilidade de analisar a *demeanour evidence* (linguagem corporal, tom de voz e comportamento da testemunha ao depor); **iii)** a falta de oportunidade para o exame cruzado do declarante; **iv)** o fato de a declaração não ser prestada sob juramento e **v)** a justiça/lealdade (*fairness*) no processo adversarial.

Vale ponderar, todavia, que, segundo Mirjan Damaska, **o problema da informação de segunda mão nunca foi exclusivo dos sistemas de *common law***, tampouco se justifica unicamente em razão do caráter leigo do júri popular, como alguns autores tendem a enfatizar. **Preocupações com os perigos desse tipo de prova já existiam muitos séculos antes no sistema continental europeu, desde o direito romano-canônico**, no qual intermediários que traziam informações de terceiros não eram considerados “verdadeiras testemunhas”, pelo fato de a fonte original não ser submetida a juramento nem à presença intimidadora do juiz profissional, o qual tinha o dever de buscar a fonte primária. Dizia-se, nesse contexto, que confiar na testemunha indireta era o mesmo do que confiar “mais na cópia do que no original” (Of Hearsay and Its Analogues. *Minnesota Law Review*, v. 76, p. 425-458, 1992).

Para o autor, porém, **no sistema anglo-americano**, alguns fatores contribuíram para que **o problema do hearsay fosse remediado com uma regra de inadmissibilidade/exclusão probatória**, como: **i)** o caráter bifurcado do procedimento do júri; **ii)** a concentração do julgamento; **iii)** a natureza adversarial do processamento das provas e **iv)** a ausência de mecanismos de revisão da decisão sobre os fatos.

Sobre a **bifurcação do rito**, Damaska explica que, no sistema da *common law*, o juiz decidia sobre a admissibilidade da prova longe da presença do júri, de modo que os jurados não se contaminavam pelo contato prévio com a prova e a exclusão dela ganhava maior relevância; no sistema continental europeu, por outro lado, a tomada conjunta de decisões entre juízes e jurados tornava mais difícil a exclusão probatória, diante da contaminação prévia dos julgadores populares.

Ademais, a **natureza concentrada do procedimento (“day in court”)** tornava mais difícil para a parte afetada pela informação de segunda mão conseguir a produção do depoimento original; já no sistema de *civil law*, o caráter fracionado do rito permitia uma leniência maior com esse tipo de prova, diante da possibilidade de localizar a fonte original mencionada e ouvi-la em outra audiência posterior.

O autor sugere, ainda, que o **procedimento adversarial anglo-americano, modelo em que as testemunhas são fortemente vinculadas às partes, contribuiu para a formação de uma regra de exclusão**, diante do maior prejuízo em se inviabilizar o direito ao confronto da fonte original pela parte adversa; já no sistema europeu, no qual as testemunhas são supostamente mais neutras e a oitiva é conduzida pelo juiz, a impossibilidade de confrontar o declarante original seria menos problemática do que no sistema adversarial.

Por fim, Damaska aponta que a **ausência de mecanismos regulares para o reexame da matéria fática no sistema inglês** contribuiu para a formação de uma regra de exclusão na medida em que a qualidade dos vereditos não podia ser verificada em grau recursal e, portanto, era necessário exercer maior cautela na admissão desse tipo de prova.

Diferentemente do sistema da *common law*, porém, “**o sistema romano-canônico reagiu às fragilidades da prova derivada adotando regras de suficiência, em vez de regras de admissibilidade**”. É dizer, a prova era admitida, mas era **necessária a sua corroboração por outros elementos** (Damaska, *op. cit.* p. 440-441).

Com o declínio do sistema romano-canônico no período iluminista da Revolução Francesa e a ascensão do princípio da livre apreciação da prova em contraposição à sua tarifação prévia, **regras peremptórias de exclusão passaram a ser vistas com ainda maiores ressalvas**. Os riscos da informação de segunda mão passaram então a ser contornados no sistema continental também por outros mecanismos, como a **exigência de fundamentação escrita** e a **possibilidade de revisão das decisões em recurso** (*op. cit.* p. 444-449).

Diante desse cenário histórico evolutivo, enquanto a *hearsay rule* se desenvolveu como **regra de admissibilidade e exclusão probatória** no sistema anglo-americano, **os sistemas de tradição romano-germânica tenderam a endereçar as preocupações correlatas a esse problema, em princípio, pela via da valoração (exigência de corroboração), da fundamentação das decisões e do sistema recursal**.

Agora, superada essa ligeira **reminiscência histórica**, cumpre passar ao exame ilustrativo do regime jurídico atual do testemunho indireto em alguns países de tradição romano-germânica.

VIII. c) Breve exposição sobre o tratamento do testemunho indireto no sistema continental europeu

Enquanto os sistemas jurídicos de *common law* lidam com o problema do *hearsay* no contexto da **admissibilidade/exclusão probatória**, os países de *civil law* tendem a preferir abordar as dificuldades inerentes ao depoimento indireto, em geral, no âmbito da **valoração** e, em alguns casos, com **regras de inclusão do depoimento direto** (ou seja, regras que admitem o testemunho indireto, mas exigem também a oitiva da fonte original da informação).

Conforme ensina Tatiana Badaró, “na **Alemanha**, por exemplo, **não há qualquer regra expressa que inadmita hearsay como prova em processos criminais**, mas se espera que os **julgadores avaliem adequadamente a credibilidade e o peso probatório desse tipo de prova testemunhal**”. Segundo a autora, “lá, o princípio da imediação (*Unmittelbarkeitsgrundsatz*), extraído do § 250 do StPO (*Strafprozeßordnung* – Lei Processual Penal alemã), **não impede a introdução no processo penal de depoimentos indiretos**, mas exige que, quando disponível, a fonte original da informação seja ouvida em juízo”.

Como exemplo, menciona julgado do Tribunal Federal alemão que, embora haja reconhecido a ausência de violação do princípio da imediação pela oitiva de uma testemunha indireta, entendeu que as instâncias inferiores não cumpriram adequadamente o dever de investigar os fatos da forma mais completa ao se contentar com a versão dessa testemunha, sem adequada justificativa para não ter ouvido a testemunha direta. Em complemento, a autora aponta que, segundo o entendimento daquele tribunal, “**o depoimento indireto tem valor probatório inferior e precisa ser corroborado por outras provas**” (BADARÓ, Tatiana. *op. cit.*, p. 143-144; para uma análise mais detalhada do testemunho indireto no sistema alemão: ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova em processo penal*. 2. ed. Coimbra: Gestlegal, 2022, p. 169-170).

Ainda no sistema continental europeu, **Portugal e Itália** têm previsões mais explícitas sobre o depoimento indireto em sua legislação processual penal.

Em **Portugal**, a matéria é tratada nos arts. 129 e 130 do Código de Processo Penal de 1987, segundo os quais:

Art. 129 – Depoimento indirecto

1 - Se o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, o juiz pode chamar estas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova, **salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas**.

2 - O disposto no número anterior aplica-se ao caso em que o depoimento resultar da leitura de documento da autoria de pessoa diversa da testemunha.

3 - **Não pode, em caso algum, servir como meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de**

indicar a pessoa ou a fonte através das quais tomou conhecimento dos fatos.

Art. 130 – Vozes públicas e convicções pessoais

1 - Não é admissível como depoimento a reprodução de vozes ou rumores públicos.

[...]

Percebe-se, de início, uma **distinção** clara de tratamento entre o **depoimento indireto de fonte identificada e o depoimento indireto que não indica a fonte original da informação.** Sem a indicação da fonte, o depoimento é verdadeiramente inadmissível (arts. 129, § 3º, e 130). Por sua vez, indicada a fonte, o depoimento passa a ser admissível, mas desde que sejam chamadas a depor as pessoas indicadas como fontes diretas da informação prestada pela testemunha indireta, **exceto se for impossível a sua oitiva** por “morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas” (art. 129, §1º e §2º).

Na **Itália**, por sua vez, a matéria é disciplinada de maneira muito similar ao sistema português no art. 195 do *Codice di Procedura Penale* de 1988 (traduzi):

Art. 195 – Testemunho Indireto

1. Quando a testemunha se refere a outras pessoas para o conhecimento dos fatos, o juiz, a pedido de uma das partes, determina que estas sejam chamadas a depor.

2. O juiz também pode, por iniciativa própria, determinar a inquirição das pessoas indicadas no parágrafo 1.

3. O descumprimento da disposição do parágrafo 1 torna **inutilizáveis as declarações relativas a fatos dos quais a testemunha tomou conhecimento por meio de outras pessoas, salvo se o depoimento destas for impossível por morte, enfermidade ou paradeiro desconhecido.**

4. Os oficiais e agentes da polícia judiciária não podem depor sobre o conteúdo das declarações obtidas de testemunhas nos moldes dos artigos 351 e 357, parágrafo 2, alíneas a) e b). Nos demais casos, aplicam-se as disposições dos parágrafos 1, 2 e 3 deste artigo.

5. As disposições dos parágrafos anteriores aplicam-se mesmo quando a testemunha tiver tido comunicação do fato de forma diversa da oral.

6. As testemunhas não podem ser inquiridas sobre fatos de qualquer forma apurados junto às pessoas indicadas nos artigos 200 e 201 em relação às circunstâncias previstas nos mesmos artigos, salvo se as referidas pessoas tiverem deposto sobre os mesmos fatos ou os tiverem divulgado de outra forma.

7. Não pode ser utilizado o testemunho de quem se recusa ou não é capaz de indicar a pessoa ou a fonte de onde obteve a notícia dos fatos objeto do exame.

Segundo Marcelo e Thiago Turbay Freiria, “Assim como no diploma português, o legislador italiano **optou por limitar a validade do depoimento de testemunha indireta aos casos em que esta indique de quem ouviu a versão e esta (s) pessoa(s) – que seriam, em tese, testemunhas *diretas* do ocorrido – prestem depoimento em juízo.** Caso contrário, os relatos da testemunha indireta *‘tornam-se inutilizáveis’*, exceto nas hipóteses em que não for possível colher o **testemunho da testemunha direta** por motivos de morte, enfermidade ou desaparecimento. Há, ainda, interessante disposição relativa à **impossibilidade de que agentes de polícia judiciária deponham acerca do conteúdo do depoimento de testemunhas indiretas**” (*op. cit.*, p. 563).

Sobre essa última regra, vale mencionar que, de acordo com o parágrafo 4º do art. 195 do CPP italiano, **policiais não podem depor sobre o que ouviram de testemunhas quando essas declarações foram obtidas "nos moldes dos artigos 351 e 357"**, dispositivos esses que regulam a forma oficial de interrogatório e depoimento e exigem que a polícia lavre um termo escrito do que foi dito. A lógica da norma, portanto, é de que, nesses casos, **a prova deve ser o documento escrito ou a própria testemunha falando ao juiz, e não o depoimento do policial sobre o que a testemunha disse na delegacia.**

Essa regra, porém, permitia uma brecha interpretativa: caso os depoimentos não fossem formalizados por escrito, nos termos dos arts. 351 e 357, alguns magistrados entendiam que seria possível o testemunho indireto dos policiais sobre a “oitiva informal”; ou seja, a polícia se beneficiava da própria torpeza por agir na informalidade, em expediente chamado pela doutrina italiana de *“frode delle etichette”* (“fraude às etiquetas”).

Isso perdurou até que **a Corte Constitucional italiana declarou a inconstitucionalidade dessa interpretação** na sentença n. 305, de 29-30 de julho de 2008, porque violava o direito de defesa e o devido processo legal. Assim, a fim de evitar a burla, **a proibição de o policial depor sobre o que ouviu de testemunhas passou a valer para todas as situações em que o depoimento**

deveria ter sido formalizado, mesmo que a polícia não houvesse cumprido as formalidades.

Por fim, na **Espanha**, embora a *Ley de Enjuiciamiento Criminal* não contenha previsões legais tão claras quantos as existentes em Portugal e Itália, **o tratamento dado ao tema pela jurisprudência é semelhante**. Segundo Thiago e Marcelo Turbay, com base na doutrina de María Luiza Villamarín López e Fernando Gascón Inchausti, “A jurisprudência impôs condições rigorosas sobre o valor probatório de evidências de ouvir dizer (ou "ouvir falar"), uma vez que, **para que um veredicto de culpa seja baseado nesse tipo de evidência, as seguintes condições devem ser atendidas**: 1) a testemunha de ouvir dizer deve **identificar precisamente a testemunha de primeira mão**, e 2) **deve ser impossível para a testemunha de primeira mão estar presente no julgamento** (porque está morta, seu paradeiro é desconhecido ou ela mora no exterior), de modo que o depoimento da testemunha de primeira mão não seja substituído pelo da testemunha de ouvir dizer” (*op. cit.* p. 563-564).

Percorrido esse longo, mas necessário percurso, diante da complexidade do tema, cumpre agora analisar o regime jurídico do testemunho indireto no direito brasileiro.

IX. Regime jurídico do testemunho indireto no direito brasileiro

A primeira questão a ser definida no regime jurídico do testemunho indireto no direito brasileiro diz respeito ao seu tratamento como regra de exclusão/inadmissibilidade ou como questão de valoração probatória.

IX. a) Exclusão/inadmissibilidade ou valoração probatória?

A admissibilidade de uma prova no processo judicial é condicionada a **dois requisitos cumulativos**: **i) a legalidade** (licitude e legitimidade) dos meios de obtenção e produção da prova e **ii) a relevância** da prova.

No que concerne à **legalidade**, não se identifica no ordenamento jurídico brasileiro **nenhuma regra que determine a inadmissibilidade ou a exclusão desse tipo de testemunho**, seja no procedimento ordinário, seja no procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.

Conforme pondera Tatiana Badaró, “no Brasil, **não contamos com uma regra que proíba a produção de depoimento indireto ou disponha que, se produzido, seja ele desentranhado do processo** (como ocorre com as provas ilícitas e derivadas de ilícitas, nos termos do art. 157 do Código de Processo Penal).

Para a autora, “**de acordo com os arts. 202 e 203 do CPP, qualquer pessoa que saiba algo relevante sobre os fatos pode, em princípio, atuar como testemunha**, desde que as razões de seu conhecimento permitam atestar a sua credibilidade. **O art. 209, § 1º, do CPP até sugere que o depoimento por ‘ouvir dizer’ é plenamente admissível**, na medida em que permite que o juiz escute as pessoas referidas pelas testemunhas, se ‘parecer conveniente’” (*op. cit.* p. 128-129).

Já a **relevância** da prova é uma categoria que tem dupla dimensão: uma primeira **dimensão lógico-jurídica**, tradicionalmente estudada pela doutrina, e uma segunda **dimensão epistemológica**.

Pela **primeira dimensão**, a admissibilidade da prova se condiciona à existência de uma relação lógico-jurídica entre o objeto da prova e o objeto do processo. Exige-se que o objeto da prova consista em um **fato pertinente ou relevante**, isto é, que **tenha relação direta ou indireta com um fato a provar** (um fato que integre o *thema probandum*).

Pela **segunda dimensão**, por sua vez, a admissibilidade da prova depende, adicionalmente, da **idoneidade epistêmica** do respectivo meio de prova, o qual deve ter **potencial cognoscitivo** para demonstrar o enunciado de fato alegado e que se visa a provar com aquele meio (objeto da prova).

Em relação a essa segunda dimensão, Artur Carpes exemplifica que o **depoimento de um papagaio** deve ser considerado uma prova epistemicamente inidônea e, portanto, inadmissível, ainda que o conteúdo do “depoimento” do animal seja um fato pertinente ou relevante, pois o meio de prova é **desprovido de**

mínima fiabilidade para a demonstração de qualquer enunciado fático (CARPES, Artur. *O que provar? Admissibilidade e eficiência da Justiça Civil*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, item 2.1.2.).

Giulio Ubertis, na mesma direção, pondera ser necessário que o elemento cognitivo seja obtido a partir de uma atividade passível de **controle racional intersubjetivo**. Daí porque **não são admitidas provas inspiradas “na magia, na oracularidade, na radiestesia, no espiritismo, na grafologia”** (UBERTIS, Giulio. I criteri di ammissibilità probatoria. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 7, n. 1, p. 189-214, 2021, p. 200, tradução livre).

Ao tratar do que chama mais precisamente de **idoneidade conteudística**, o autor exemplifica que o **reconhecimento de voz por uma testemunha com surdez total congênita** também é um meio de prova que deve ser inadmitido, pois falta “congruência entre o que é suscetível de se obter por meio da atividade probatória e o enunciado que se trataria de verificar” (UBERTIS, Giulio. *Elementos de epistemología del proceso judicial*. Madrid: Trotta, 2017, p. 118, tradução livre).

Por esse enfoque, provas **desprovidas de mínima fiabilidade**, em razão da **absoluta inidoneidade epistêmica do meio** para a corroboração racional do fato a provar, não podem ser admitidas. Uma vez que **delas não se pode extrair nenhuma inferência racional sobre os fatos que visam provar** (ainda que esses fatos sejam pertinentes ou relevantes), essas provas **se mostram irrelevantes para o processo e, por isso, são inadmissíveis**.

Sob essa ótica, por força do **dever de racionalidade** das decisões judiciais, só podem ser admitidas no processo provas das quais se possam inferir conclusões racionais sobre os fatos a serem provados. **A racionalidade das conclusões depende, logicamente, da racionalidade das premissas**. Por isso, em um processo que visa à prolação de decisões racionais, não se pode admitir a produção de provas irracionais.

O controle da idoneidade epistêmica das provas é **especialmente relevante nos processos submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri**.

Nos processos julgados por juízes togados, o mesmo julgador, em regra, promove a admissibilidade e a valoração da prova, que, ademais, deve constar de decisão fundamentada. Nesses processos, a inadmissão de provas epistemicamente inidôneas tem o principal benefício de **evitar custos processuais desnecessários** (custos temporais, financeiros e até mesmo epistêmicos decorrentes da incorporação da prova ao processo). No entanto, como admissão e valoração são promovidas pelo mesmo julgador, ainda é possível obstar que essa prova leve a conclusões irracionais do juízo de fato por ocasião do **controle da valoração da prova a partir da fundamentação da decisão sobre o mérito**.

Assim, exemplificativamente, se uma das partes junta aos autos uma gravação audiovisual com o depoimento de um papagaio, em um processo submetido a julgamento por um juiz togado, há pouco ou nenhum benefício em se determinar o imediato desentranhamento dessa prova em razão da sua inadmissibilidade. Como a produção dessa prova não tem custo nenhum (por ser uma prova pré-constituída) e não gera sobrecarga informacional significativa no processo, pode o julgador postergar a afirmação da falta de fiabilidade dessa prova para o momento da valoração da prova, sem que daí advenha qualquer prejuízo ou irracionalidade ao juízo de fato.

Já nos processos submetidos ao procedimento especial do Tribunal do Júri, pela atual regulamentação legal, as decisões do Conselho de Sentença não são motivadas, nem objeto de prévia deliberação entre os jurados, o que torna especialmente **importante o prévio controle rigoroso da admissibilidade da prova, sobretudo no tocante à sua idoneidade epistêmica**.

É **poder-dever do juiz que preside o processo filtrar o material probatório submetido ao corpo de jurados, para evitar o contato deles com provas relativas a fatos impertinentes, irrelevantes ou completamente desprovidas de idoneidade epistêmica, que possam conduzir, consequentemente, a vereditos irracionais** (NARDELLI, Marcella Alves Mascarenhas. *op. cit.* 2017, p. 98), como já decidiu a Sexta Turma deste Superior Tribunal, por exemplo, em relação à inadmissibilidade de **carta psicografada** (RHC n. 167.478/MS, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, julgado em 21/10/2025, DJEN 3/11/2025).

A inadmissão de uma prova por **inidoneidade epistêmica** não é, todavia, uma atividade simplória, pois **a fiabilidade é um atributo gradual, e não binário (modelo de tudo-ou-nada)**. A saber, **as provas não são apenas fiáveis ou não fiáveis, mas sim mais ou menos fiáveis**. Nesse sentido, a fiabilidade consiste, inclusive, em um critério de valoração da prova, de modo que **apenas excepcionalmente ela deve ser examinada na anterior etapa de verificação da sua admissibilidade no processo**.

Por isso, em um **regime inclusionista** (que visa à máxima inclusão de provas relevantes no processo), no exame da idoneidade epistêmica como requisito de admissibilidade da prova, deve-se aferir tão somente se há **mínima aptidão** do meio de prova para a corroboração do fato pertinente ou relevante (**grau mínimo de fiabilidade**).

É preciso lembrar, nesse ponto, o **desiderato epistemológico da completude**, segundo o qual, **quanto mais completo o conjunto probatório, maior a segurança da decisão sobre o juízo de fato, porque mais elementos haverá para decidir**.

Ou seja, “conforme são aportados ao processo novos elementos de prova logicamente relevantes, o grau de probabilidade da hipótese em julgamento pode aumentar ou diminuir (conforme o conteúdo da prova concretamente produzida), mas, em qualquer caso, a produção de novas provas sempre aumenta o grau de segurança (peso) da conclusão do juízo de fato (independentemente do conteúdo da prova concretamente produzida)” (WANDERLEY, Gisela Aguiar. Entre a probabilidade e a segurança do juízo de fato: a completude do conjunto probatório (*evidential completeness*) e a melhor prova (*best evidence*) como princípios de valoração probatória. In: MADEIRA, Guilherme; BADARÓ, Gustavo; CRUZ, Rogerio Schietti (Org.). *Código de Processo Penal: estudos comemorativos aos 80 anos de vigência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. v. 2, p. 47-67).

Assim, apenas a **inadequação epistêmica absoluta e manifesta**, decorrente da **fiabilidade inexistente ou desprezível do meio de prova**, justifica a **inadmissão da prova**, tal como nos casos extremos acima exemplificados. **Se a prova tiver fiabilidade apenas baixa ou questionável, deve ser admitida no processo**.

É comum, a propósito, que pessoas com vínculo familiar com o acusado sejam ouvidas em juízo, embora não na condição de testemunha, mas de **informante**, justamente porque, neste caso, há um *déficit* de fiabilidade da prova, mas **apenas parcial, não total**. O impacto dessa inidoneidade relativa sobre o valor da prova para a demonstração do fato *probandum* deve ser examinado subsequentemente, na fase de valoração da prova, depois da sua incorporação ao processo e submissão ao contraditório.

Da mesma forma, aplicando esse raciocínio ao assunto ora em análise, **a fragilidade epistêmica dos testemunhos indiretos, embora significativa, não é absoluta** a ponto de justificar a sua total inadmissibilidade ou exclusão por completa irrelevância da prova. Trata-se de **questão a ser resolvida na valoração probatória na decisão de pronúncia**, tema que se passa a abordar no tópico a seguir.

IX. b) Valoração probatória do testemunho indireto ou de ouvir dizer na decisão de pronúncia

Descartada a existência de uma regra geral de inadmissibilidade desse tipo de depoimento, cumpre finalmente responder à questão formulada na afetação deste tema, consistente em **definir “se o testemunho indireto, ainda que colhido em juízo, não constitui, isoladamente, meio de prova idôneo para a pronúncia”**.

Na linha do que já se ponderou nos itens anteriores, diversos argumentos são empregados quanto à utilização no processo penal do testemunho indireto ou de ouvir dizer, nos sistemas de *civil law*.

Em geral, esses argumentos podem ser divididos em **dois grupos**, de acordo com a categorização de Tatiana Badaró (op. cit. p. 135-143): **epistêmicos e normativos ou de justiça**.

Argumentos epistêmicos são aqueles que dizem respeito à **confiabilidade e à força probante do testemunho indireto** para a demonstração de um fato. Nesse ponto, em geral, são formulados questionamentos de **três tipos**:

i) impossibilidade de submeter a fonte original da informação aos tradicionais mecanismos de controle judicial da prova oral (compromisso legal de dizer a verdade, exame cruzado e análise do seu comportamento em audiência);

ii) relatos de segunda mão estão mais sujeitos a erros de percepção e transmissão da informação, assim como a distorções deliberadas, sem a possibilidade de que a fonte original desminta o depoente;

iii) risco de que a admissibilidade de declarações prestadas fora do processo represente um **incentivo ou tolerância a práticas abusivas da polícia na fase pré-processual**.

Daí a se falar, na doutrina, que esse tipo de prova **“apresenta um perfil atenuado de relevância probatória, justamente porque indireta, subtraindo da imediação seu maior trunfo: a avaliação da credibilidade do declarante e da veracidade do declarado por meio da interação comunicacional**. De igual sorte, compromete o exercício do contraditório, na medida em que **impede ou ao menos dificulta significativamente o processo dialético na formação da prova** (GOMES, Décio Alonso. *op. cit.*, p. 95-96).

Em sentido similar, Diogo Malan aponta que, nos depoimentos indiretos: **“(i) a declaração original com frequência é prestada sem qualquer solenidade ou formalidade, em especial o juramento de dizer a verdade; (ii) o declarante original não pode ser submetido ao exame cruzado da parte processual prejudicada pelo teor da declaração; (iii) o juiz e os jurados não podem observar o comportamento do declarante original no momento em que prestou as declarações”** (*Direito ao confronto no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 54).

Em virtude dessas peculiaridades, há quem defenda que **a assim chamada testemunha indireta nem sequer poderia ser considerada propriamente uma testemunha**, uma vez que “as testemunhas, conceitualmente, são aquelas pessoas que percebem pessoalmente um fato, sem intermediação [...]”. Portanto, “diante de todos os elementos a pesar contra sua credibilidade e segurança, **a sua única utilidade seria a de indicar a fonte originária do relato testemunhal**. E, assim indicando, deve ser a pessoa fonte direta da ciência dos fatos ouvida pelo julgador, permitindo-se, por conseguinte, o exercício do

contraditório das partes e o controle do juiz sobre a prova”. (KAGUEIAMA, Paula Thieme. *op. cit.*, p. 41, grifei).

Essa já era, aliás, a clássica lição de Vincenzo Manzini na década de 1930, ao asserir que "os depoimentos por ouvir dizer não têm caráter de prova testemunhal, mas podem considerar-se somente como elementos não seguros de informação, com base nas quais se pode eventualmente chegar à prova verdadeiramente testemunhal" (*Trattato di diritto processuale penale italiano*. v. 3. Turim: UTET, 1932, p. 189, traduzi). No mesmo sentido: REIS, Rodrigo Casimiro. O descabimento de pronúncia a la Pilatos e a necessidade da fixação de um standard probatório constitucional ao final da instrução preliminar do rito do júri. *In: AKERMAN, William; REIS, Rodrigo Casimiro; MAIA, Maurílio (Org.). Debates contemporâneos da justiça penal: estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca*. Brasília: Editora Sobre Direito, 2023. p. 59-76.

Não desconheço, por certo, que alguns desses argumentos epistêmicos contrários ao testemunho indireto – por exemplo, a falta do compromisso legal na presença do juiz – são superestimados quanto ao seu efetivo potencial de conduzir a um resultado mais próximo da verdade, como bem pondera Tatiana Badaró (*op. cit.* p. 136-137).

Todavia, a despeito dessas ressalvas, **é inegável e já comprovado cientificamente que, além da falibilidade inerente à memória humana – e, por consequência, à prova testemunhal –, relatos de segunda mão estão muito mais sujeitos a erros de percepção e transmissão da informação, assim como a distorções deliberadas, sem a possibilidade de que a fonte original desminta o depoente.**

Destaco, nesse ponto, os experimentos seminais de Frederic Bartlett, em que se valeu do método da reprodução serial – uma versão científica da conhecida brincadeira do “telefone sem fio” – e demonstrou haver um processo de **inevitável degradação cognitiva da informação original**, que, **a cada transmissão, sofria três tipos de transformação: i) omissão**: detalhes específicos, nomes, datas, títulos ou circunstâncias complexas desaparecem da narrativa, que era simplificada a cada repetição; **ii) racionalização**: elementos que não faziam sentido para o ouvinte ou que tinham lacunas eram inconscientemente alterados e preenchidos

para se tornarem mais lógicos ou coerentes a quem reproduz o relato e **iii) transformação de detalhes:** palavras, nomes ou conceitos estranhos ou não familiares tendiam a ser substituídos por outros mais comuns e familiares ao ouvinte (*Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932).

Para além dos riscos de percepção e transmissão da informação de segunda mão, também não se pode descartar a constatação cotidiana de que **a sobrevalorização de declarações prestadas fora dos autos, sobretudo para a polícia em oitivas informais, pode incentivar a adoção de práticas abusivas e alheias ao devido processo legal**, como brilhantemente demonstrou o Ministro **Ribeiro Dantas** no voto que proferiu no **Aresp n. 2.134.334/MG** (Terceira Seção, DJe 2/7/2024) e, em seguida, na recém-publicada tese de titularidade que apresentou à Universidade de Brasília, em que debateu o **grave problema das confissões informais no processo penal brasileiro** (DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. *Admissibilidade e valoração probatória da confissão no processo penal*. São Paulo: Marcial Pons, 2026).

Trata-se do conhecido expediente, já remediado pela Corte Constitucional italiana na mencionada Sentença n. 305 de 2008, **de burlar a necessidade de judicialização das provas por meio da oitiva do policial que colheu o depoimento da fonte original** (muitas vezes sem o respeito a nenhuma garantia constitucional), sem que ela própria seja trazida a juízo ou, então, priorizando o depoimento indireto do policial em detrimento da versão da própria fonte direta da informação.

Incorre-se, nesse caso, no que Miranda Fricker denominou **injustiça epistêmica**, consistente em “**atribuir um nível superavitário de credibilidade ao que foi afirmado pelo depoente indireto, notadamente em contraposição ao déficit de fidúcia das declarações fornecidas pelo acusado que muitas vezes nega os fatos em juízo ou que opta por exercer o direito ao silêncio**” (MORGADO, Helena Zani. Testemunhos indiretos e decisão de pronúncia: imprescindibilidade da oitiva da testemunha referida para a submissão do réu ao Tribunal do Júri. In: Marcia Dinis. (Org.). *Justiça, Memória e Coragem: Tributo à Simone Schreiber*. 1ed. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2025, v. 1, p. 183-200).

Com efeito, “**admitir a prolação de sentenças condenatórias ou de decisões de pronúncia baseadas, exclusivamente, em depoimentos indiretos prestados por policiais significa, em ulterior análise, burlar a exigência de produção de prova judicializada para fundamentar tais decisões.** Qual seria a diferença entre o relato do agente público que, em juízo, limita-se a narrar o que a testemunha haveria declarado no inquérito policial e a juntada aos autos das declarações (supostamente) prestadas em âmbito inquisitorial? Para selar o destino do acusado, bastaria que algum policial declarasse, em juízo, o teor da oitiva extrajudicial” (MORGADO, Helena Zani. *op. cit.*, 2025).

Há, nesse caso, um **simulacro de prova judicializada**: o policial vai a juízo e apenas repete o que ouviu no inquérito, o que dá uma **falsa "roupagem" de prova judicial; materialmente, todavia, não deixa de ser um elemento informativo do inquérito repetido em voz alta pelo agente que o colheu.**

Assim, embora, nos termos já acima expostos, os fundamentos epistêmicos elencados não sejam fortes o suficiente para justificar uma regra geral de exclusão dos testemunhos indiretos – uma vez que não há disposição legal nesse sentido no Brasil e que esse tipo de depoimento não acarreta a absoluta inidoneidade epistêmica da prova – **no mínimo, infirmam consideravelmente o seu valor probatório.**

Mas **não são apenas os fundamentos epistêmicos que justificam maior cautela com testemunhos indiretos ou de ouvir dizer.** Somam-se a eles os chamados **argumentos de justiça ou normativos**, os quais dizem respeito à **observância de princípios basilares do devido processo penal**, a despeito de o depoimento eventualmente poder ser considerado confiável ou necessário à luz das peculiaridades de algum caso concreto.

O principal deles diz respeito ao **direito ao confronto na produção da prova penal**, inserido implicitamente na Constituição Federal dentro da cláusula do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV) e explicitamente previsto no art. 8.2, “f”, da Convenção Americana de Direitos Humanos, e no art. 14.3, “e”, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Além de normativo, porque expressamente amparado pelo ordenamento jurídico positivo, tal argumento pode ser associado à justiça e à moralidade comuns sob a perspectiva de que **não é justo acusar e condenar alguém por um crime sem conceder ao indivíduo a oportunidade de confrontar quem o acusa**. Além de injusto, é **desleal** com a parte contrária presumir que o declarante original teria provado sua afirmação se estivesse presente, assim como é desleal impedi-la de remover o prejuízo causado pela prova sem poder confrontar a fonte.

A propósito, nas referências sobre o direito ao confronto, é clássica a menção à condenação injusta de Sir Walter Raleigh, em 1603, baseada apenas em testemunhas de segunda mão e no depoimento extrajudicial do delator Lord Cobham, ao qual Raleigh fez sua célebre objeção: “Que Cobham esteja aqui, que ele fale. **Chamem meu acusador, face a face, e eu me darei por satisfeito**” (BERGER, Margaret A. The Deconstitutionalization of the Confrontation Clause: A proposal for a prosecutorial restraint model. *Minnesota Law Review*, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 557-613, fev. 1992).

Peço vênica, neste ponto, para contrapor uma ponderação ao afirmado no voto do eminente relator de que: “Com as fontes da informação referenciadas, é possível o exercício do contraditório, até mesmo, se necessário, com a oitiva no plenário do Tribunal do Júri”.

Faço-o por acreditar que: **primeiro**, a mera identificação da fonte não garante ao pronunciado o direito ao contraditório e ao confronto se ela não for efetivamente ouvida em juízo, com participação da defesa. **Segundo**, a garantia do contraditório efetivo não pode ser desconsiderada na fase de admissibilidade da acusação e postergada ao plenário, em que não há sequer obrigatoriedade de produção de novas provas. E, **terceiro**, se não foi possível ouvir a fonte original na primeira fase do procedimento (por morte, doença incapacitante, desaparecimento ou medo fundado de prestar depoimento), também não parece provável que se consiga ouvi-la no plenário.

Além do **direito ao confronto** e ao **contraditório**, Oswaldo do Valle Trigueiro Filho identifica **outros argumentos normativos contrários aos testemunhos indiretos**. Para o autor, esse tipo de depoimento implica afronta também à **paridade de armas** e – como decorrência da violação de todos os

direitos de defesa acima mencionados – à **presunção de inocência**, da qual é corolário o *in dubio pro reo* (*A ilicitude da prova: Teoria do testemunho de ouvir dizer*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 206-207 e 238-239).

Ainda por esse prisma processual, é possível argumentar que, “se a acusação não diligenciar a oitiva da fonte de prova originária, está caracterizada a **perda de uma chance probatória** – e, conseqüentemente, inviabilizada a condenação” (MORGADO, Helena Zani. Testemunhos de ouvir dizer e injustiça epistêmica. In: AKERMAN, Wiliam; REIS, Rodrigo Casimiro; MAIA, Maurílio Casas. (Org.). Debates Contemporâneos da Justiça Penal: estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. 1ed.: Sobredireito, 2023, v. 1, p. 185-206).

Essa compreensão, aliás, já foi externada pela Quinta Turma desta Corte no julgamento do **AREsp n. 1.940.381/AL**:

[...]

1. O representado foi condenado em primeira e segunda instâncias pela prática de ato infracional análogo a homicídio tentado.
2. Como relataram a sentença e o acórdão, a namorada grávida e um amigo do recorrente foram agredidos por J F DA S A após este ter consumido bebida alcoólica, ao que o representado reagiu, golpeando o agressor com um paralelepípedo. Segundo as instâncias ordinárias, constatou-se excesso na legítima defesa, com base nos depoimentos indiretos do bombeiro e da policial militar que atenderam a ocorrência quando a briga já havia acabado. Esses depoentes, por sua vez, relataram o que lhes foi informado por "populares", testemunhas oculares da discussão que não chegaram a ser identificadas ou ouvidas formalmente pela polícia, tampouco em juízo.
3. O testemunho indireto (hearsay testimony) não se reveste da segurança necessária para demonstrar a ocorrência de nenhum elemento do crime, mormente porque retira das partes a prerrogativa legal de inquirir a testemunha ocular dos fatos (art. 212 do CPP).
4. A imprestabilidade do testemunho indireto no presente caso é reforçada pelo fato de que a polícia, em violação do art. 6º, III, do CPP, nem identificou as testemunhas oculares que lhes repassaram as informações posteriormente relatadas pela policial militar em juízo. Por outro lado, a vítima, a namorada do recorrente e seu amigo - todos conhecidos da polícia e do Parquet - não foram ouvidos em juízo, tendo o MP/AL desistido de sua inquirição.
5. Para além da falta de identificação e ouvida das testemunhas oculares, a vítima não foi submetida a exame de corpo de delito,

por inércia da autoridade policial e sem a apresentação de justificativa válida para tanto (na forma do art. 167 do CPP), o que ofende os arts. 6º, VII, e 158 do CPP. Perda da chance probatória configurada.

6. "Nas hipóteses em que o Estado se omite e deixa de produzir provas que estavam ao seu alcance, julgando suficientes aqueles elementos que já estão à sua disposição, o acusado perde a chance - com a não produção (desistência, não requerimento, inviabilidade, ausência de produção no momento do fato etc.) -, de que a sua inocência seja afastada (ou não) de boa-fé. Ou seja, sua expectativa foi destruída" (ROSA, Alexandre Morais da; RUDOLFO, Fernanda Mambrini. A teoria da perda de uma chance probatória aplicada ao processo penal. Revista Brasileira de Direito, v. 13, n. 3, 2017, p. 462).

7. Mesmo sem a produção de nenhuma prova direta sobre os fatos por parte da acusação, a tese de legítima defesa apresentada pelo réu foi ignorada. Evidente injustiça epistêmica - cometida contra um jovem pobre, em situação de rua, sem educação formal e que se tornou pai na adolescência -, pela simples desconsideração da narrativa do representado.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial e absolver o recorrente, com a adoção das seguintes teses:

8.1: o testemunho indireto (também conhecido como testemunho de "ouvir dizer" ou hearsay testimony) não é apto para comprovar a ocorrência de nenhum elemento do crime e, por conseguinte, não serve para fundamentar a condenação do réu. Sua utilidade deve se restringir a apenas indicar ao juízo testemunhas referidas para posterior ouvida na instrução processual, na forma do art. 209, § 1º, do CPP.

8.2: quando a acusação não produzir todas as provas possíveis e essenciais para a elucidação dos fatos, capazes de, em tese, levar à absolvição do réu ou confirmar a narrativa acusatória caso produzidas, a condenação será inviável, não podendo o magistrado condenar com fundamento nas provas remanescentes.

(AREsp n. 1.940.381/AL, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., julgado em 14/12/2021, DJe de 16/12/2021)

Nesse contexto, é interessante a proposta de Tatiana Badaró para que, de *lege lata*, seja alterado o art. 209, § 1º, do CPP, a fim de “exigir que a testemunha direta seja ouvida em juízo, sob pena de o depoimento indireto não poder ser utilizado para fundamentar a condenação”, exceto [...] “nos casos de falecimento da testemunha, adoecimento que impeça que ela seja ouvida dentro de um prazo razoável ou impossibilidade de localizá-la, embora empreendidos todos os esforços exigíveis” (*op. cit.* p. 152).

A rigor, essa conclusão poderia ser até mesmo extraída do **princípio da melhor prova** (*best evidence principle*), “segundo o qual as partes devem apresentar ao órgão julgador a melhor prova razoavelmente disponível sobre os pontos fáticos controvertidos”, e que pode ser considerado violado sempre que, “diante de circunstâncias concretas, for possível concluir que existe (ou já existiu) uma prova melhor (vale dizer, com maior potencial epistêmico) a que a parte tem (ou já teve) acesso razoável, mas não foi aportada ao processo por alguma razão objetivamente inadequada” (WANDERLEY, Gisela Aguiar. Entre a probabilidade e a segurança do juízo de fato: [...]. *Op. cit.*, p. 56-57).

Trata-se de decorrência do princípio da presunção da inocência e, a rigor, **do próprio direito ao confronto**, que “consiste no direito de interrogar ou realizar o exame cruzado das testemunhas razoavelmente disponíveis, e **contém a faculdade específica de exigir que a acusação seja responsável pela apresentação da melhor prova disponível**” (ROVATTI, Pablo. Testigos no disponibles y confrontación. *Quaestio facti*: Revista Internacional sobre Razonamiento Probatorio, n. 1, 2020, p. 31-66, p. 62).

De toda sorte, **mesmo que o testemunho indireto ou de ouvir dizer seja considerado prova lícita e admissível no direito brasileiro e que, em algum caso concreto, possa eventualmente vir a ser melhor prova disponível à acusação** diante da impossibilidade justificada de oitiva da fonte direta da informação, **isso não significa que esse depoimento seja, por si só, suficiente para a pronúncia.**

Afinal, diante das **imensas fragilidades epistêmicas** e dos **contundentes argumentos normativos** que infirmam esse tipo de prova, **a possibilidade de admitir e valorar o testemunho indireto não se confunde com a sua suficiência para atingir o *standard* probatório de elevada probabilidade da hipótese acusatória exigido para submeter o acusado à decisão imotivada do Tribunal do Júri; tampouco dispensa a necessidade de observar às garantias do contraditório e da ampla defesa na primeira fase do procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida, as quais se mostram seriamente comprometidas quando a única prova produzida contra o réu é um mero testemunho de ouvir dizer.**

Como bem pondera Tatiana Badaró, **mesmo nos casos de impossibilidade justificada de oitiva da fonte original, “a decisão de pronúncia ou condenação não poderá se fundamentar exclusivamente no depoimento indireto”**. E prossegue a autora (*op. cit.* p. 152-153):

Enquanto a lei não for alterada, os julgadores deverão ter cautela ao avaliar o peso probatório do depoimento indireto. Embora razões de ordem epistêmica não sejam capazes de justificar uma vedação total ao uso de depoimentos indiretos, elas recomendam que se investigue o grau de confiabilidade desse tipo de evidência. Além disso, considerações de justiça impedem que se admita o depoimento indireto como único fundamento das decisões de pronúncia ou de condenação. Logo, espera-se que o STJ, no Tema Repetitivo nº 1260, firme a tese de que o depoimento indireto não pode, sozinho, fundamentar a decisão de pronúncia ou condenação. A fim de evitar que esse entendimento seja relativizado com base em considerações relativas à confiabilidade e/ou necessidade do depoimento indireto, o respeito ao direito do acusado ao confronto, consagrado em tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, deve figurar entre os fundamentos da tese fixada.

Nem mesmo na hipótese em que o próprio acusado tenha agido para impossibilitar o confronto com a testemunha direta seria preciso abrir uma exceção à impossibilidade de pronúncia e condenação com base somente no testemunho indireto, como defende o CNPG com fundamento na exceção norte-americana à *hearsay rule* chamada de *forfeiture by wrongdoing*.

Primeiro, porque, como já se assentou neste voto, **não é possível transplantar nem a *hearsay rule* nem as suas exceções e exclusões ao direito brasileiro**, diante das suas inúmeras peculiaridades no sistema anglo-americano.

E, **segundo**, porque, embora o réu não possa invocar a proteção do direito ao confronto se foi ele próprio que comprovadamente agiu para inviabilizar a oitiva judicial da testemunha direta durante o processo – sob pena de se beneficiar da própria torpeza –, **a própria conduta de interferir – pessoalmente ou por meio de terceiros – no depoimento dela, se comprovada, pode ser considerada um elemento idôneo de corroboração da hipótese acusatória (além de configurar o crime autônomo de coação no curso do processo – art. 344 do CP)**. Assim, o

testemunho indireto deixaria de ser a única prova contra o acusado e, por consequência, estaria autorizada a pronúncia e até mesmo a condenação.

Por fim, é importante esclarecer, a fim de evitar compreensões equivocadas e distorcidas da proposta ora defendida, que essa exigência de corroboração do testemunho indireto **não representa obstáculo excessivo à comprovação dos fatos pela acusação nem acarreta necessária impunidade.** Basta que a investigação seja objeto de maior empenho desde o início para colher a oitiva da fonte direta ou, caso isso seja impossível, obter elementos que respaldem essa prova.

Imagine-se, por exemplo, a excepcional hipótese de a vítima de um homicídio, instantes antes de falecer, dizer a um terceiro o nome de seu algoz. Naturalmente, a absoluta impossibilidade de colher o depoimento da fonte original justificaria a admissão e a valoração do testemunho indireto em qualquer sistema jurídico, **mas isso não dispensaria a necessidade de corroboração, pois o fato de um testemunho ser necessário não significa que ele seja suficiente para amparar qualquer decisão.**

Ora, como garantir que: i) a testemunha indireta ouviu corretamente o nome dito pela vítima; ii) a testemunha indireta não mentiu sobre o que ouviu; iii) a testemunha indireta entendeu corretamente toda a fala e o contexto em que foi dita; iv) a vítima não se equivocou na identificação do assassino por algum erro de percepção ou mesmo alucinação pré-morte; v) a vítima não mentiu sobre a identificação de tal pessoa etc. E: vi) como poderá o acusado se defender diante de uma acusação amparada tão somente nesse testemunho indireto e vii) como confrontar quem nada sabe sobre os fatos além do que ouviu de terceiros?

Tal necessidade de corroboração, por óbvio, **também não implicaria impunidade automática. Bastaria investigar adequadamente a hipótese acusatória com os meios disponíveis ao Estado** e verificar, por exemplo: onde estava o acusado no momento dos fatos; se foi encontrado vestígio dele no local do crime; se ele tem algum álibi; se existe motivação para o crime entre ambos; se foi encontrado com o acusado algo que o relacione ao crime; se há conteúdo incriminatório no aparelho celular dele etc, até que se encontre algum elemento idôneo a corroborar suficientemente o teor do testemunho indireto.

Somente se, **mesmo depois de esgotados todos os meios disponíveis ao Estado para investigar o fato, nenhum elemento idôneo de corroboração do testemunho indireto for encontrado, é que restará, como única solução possível, a impronúncia**, nos termos do art. 414 do CPP, sem prejuízo de reabertura do processo caso novas provas surjam posteriormente.

X. O caso concreto

A despeito da parcial divergência que expressei em relação às teses propostas pelo Ministro relator, estou **de acordo com a compreensão externada por Sua Excelência quanto à solução a ser dada ao caso concreto em julgamento**.

Deveras, há contra o acusado apenas um reconhecimento fotográfico feito no inquérito policial pela testemunha Evandro, a qual ressaltou, contudo, que o criminoso estava com o rosto pintado de preto (fls. 300-303). Destaco, a propósito, que **Evandro chegou a ser intimado para uma audiência virtual, mas não conseguiu acessar o link** (fl. 684). Redesignada a oitiva para outra oportunidade, ele não foi localizado no endereço que constava nos autos e **não foi feita nenhuma outra tentativa de localização ou procura de novos endereços, porque o Ministério Público desistiu imediatamente da oitiva e pediu para substituí-lo pelo PM Agnaldo Ceita** (fl. 718).

Portanto, conforme se pode extrair da decisão de primeiro grau, do acórdão recorrido e do voto do relator, **não foi produzida nenhuma prova judicializada que indique a autoria do recorrente Antônio Caíque Santos Correia e a hipótese não se enquadra em nenhuma das exceções previstas no art. 155 do CPP**.

XI. Dispositivo

À vista do exposto, **no caso concreto, acompanho o eminente relator para dar provimento ao recurso especial e despronunciar o acusado**, mas peço

vênia para **divergir parcialmente no que diz respeito às teses fixadas**, nos termos da proposta adiante formulada.

XII. Teses repetitivas propostas

De modo a consolidar e sintetizar a *ratio decidendi* subjacente ao voto em enunciados claros e consistentes, proponho a fixação das seguintes teses:

1) A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, *caput*, do CPP (provas cautelares, não repetitíveis e antecipadas);

2) A irrepetibilidade de que trata o art. 155, *caput*, do CPP, pode decorrer de fatores como morte, enfermidade, desaparecimento ou intimidação do depoente. Todavia, a incidência desses fatores deve ser concreta e idoneamente demonstrada nos autos, o que não pode se basear em meras presunções e ilações decorrentes da natureza ou das circunstâncias do crime;

3) O testemunho indireto ou de ouvir dizer é prova lícita e admissível no ordenamento jurídico brasileiro, mas, mesmo se produzido em juízo, não é suficiente, por si só, para atingir o *standard* probatório de elevada probabilidade exigido para a decisão de pronúncia;

4) O testemunho indireto de agente policial que se limita a reproduzir em juízo o conteúdo de depoimentos de terceiros colhidos na investigação não tem o condão de transformar a natureza desses elementos informativos em prova judicial para fins de pronúncia.

Adendo: Nos debates encetados na Sessão de Julgamento, o Colegiado realizou uma conciliação entre as teses apresentadas pelo eminentes pares, resultando, de comum acordo, que seriam adotadas as proposições trazidas pela Ministra Marluce Caldas.